

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ECONOMIA**

JULIANA DA ROSA SILVEIRA

**A INFLUÊNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS NO VOLUME DE CRÉDITO A
PESSOAS FÍSICAS: UMA ANÁLISE DE 2011-2015**

CRICIUMA

2015

JULIANA DA ROSA SILVEIRA

**A INFLUÊNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS NO VOLUME DE CRÉDITO A
PESSOAS FÍSICAS: UMA ANÁLISE DE 2011-2015**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Renato Casagrande
Rampineli

**CRICIUMA
2015**

JULIANA DA ROSA SILVEIRA

**A INFLUÊNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS NO VOLUME DE CRÉDITO A
PESSOAS FÍSICAS: UMA ANÁLISE DE 2011-2015**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de bacharel, no Curso de Economia da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 10 de dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Renato Casagrande Rampinelli - (UNESC) - Orientador

Prof. Joelcy José Sá Lanzarini - (UNESC)

Prof. Dimas de Oliveira Estevam – (UNESC)

**Dedico esta conquista em especial à minha
família e meu noivo Bruno**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por acalmar meu coração nos momentos em que parecia que nada daria certo e me dar forças para continuar.

Às colegas e amigas que pude ter o prazer de conviver nesses anos de UNESC, em especial à Rosana e Daiane.

Aos professores e mestres pelo conhecimento repassado, paciência, e auxílio que prestaram.

Ao meu orientador pela ajuda e auxílio neste trabalho.

Ao colega Giovani pela força e ajuda indispensável.

.

“Os investimentos em conhecimento geram os melhores dividendos.”

Benjamin Frankling

RESUMO

Atualmente o crédito financeiro destinado a pessoas físicas no Brasil está sofrendo oscilações no seu volume demandado. A recente instabilidade econômica no Brasil alterou as atitudes dos agentes de mercado na concessão de crédito a pessoas físicas. Paralelamente, a recessão econômica reduz o consumo das famílias e o comportamento do consumidor final. Fundamentado nos principais aspectos do Sistema Financeiro Nacional, e na origem e função do crédito, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o comportamento da concessão de crédito a pessoas físicas, mediante análise dos indicadores conjunturais econômicos no período de 2011 a 2015. Não obstante, demonstraram-se aqui dados sobre as variáveis macroeconômicas do país, que legitimaram as afirmações sobre o entendimento dos efeitos macroeconômicos na disposição de crédito as famílias brasileiras. Por fim, a pesquisa identificou que os agentes financeiros levam em consideração os indicadores econômicos para realizarem a liberação de crédito à população, principalmente em períodos recessivos, quando as taxas de juros e inflação são elevadas.

Palavras-chave: Brasil. Crédito financeiro. Inadimplência. Pessoas físicas. Indicadores econômicos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Inflação e desemprego nos Estados Unidos, 1900 – 1960.	36
Figura 2 – Volume de concessões e inadimplência (2011-2015).....	43
Figura 3 – Volume de concessões e inadimplência – Crédito Direcionado.....	44
Figura 4 – Volume de concessões e inadimplência – Crédito Livre	45
Figura 5 – Volume de concessões de crédito e consumo das famílias	46
Figura 6 – Volume de concessões de crédito e massa salarial dos empregados formais (2011-2015).....	47
Figura 7 – Volume de concessões de crédito e taxa de desemprego trimestral (2011-2015)	48
Figura 8 – Volume de concessões de crédito e Taxa de Juros SELIC.....	49
Figura 9 – Volume de concessões de crédito e Inflação acumulada 12 meses	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
SFN	Sistema Financeiro Nacional
STN	Sistema do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO SFN	13
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	14
2.1.1 CMN	15
2.1.2 Banco Central do Brasil - Bacen	15
2.1.3 Comissão de Valores Mobiliários – CVM	16
2.1.4 Banco do Brasil – BB.....	16
2.1.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	17
2.1.6 Caixa Econômica Federal – CEF	17
2.1.7 Secretaria do Tesouro Nacional – STN.....	18
2.1.8 Instituições financeiras bancárias	18
2.1.8.1 Bancos Comerciais.....	19
3 ORIGEM E FUNÇÃO DO CRÉDITO	20
4.1 PRODUTO	22
4.1.1 PIB real e nominal	24
4.2 CONSUMO.....	25
4.3 ESTABILIDADE DOS PREÇOS E INFLAÇÃO.....	29
4.3.1 Tipos de Inflação	31
4.3.2 Determinação da taxa de Juros	31
4.3.3 Estrutura da taxa de juros e Sistema Financeiro	33
4.3.3.1 Risco	33
4.3.3.2 Prazo.....	34
4.4 NÍVEL DE EMPREGO.....	34
4.4.1 Relação entre desemprego e inflação	35
4.5 A CURVA DE PHILLIPS.....	36
4.5.1 A Curva de Phillips Original	36
4.5.2 A Curva de Phillips Aceleracionista	37
5 METODOLOGIA	39
5.1 DADOS E VARIÁVEIS UTILIZADAS.....	40
5.1.1 Inadimplência	40
5.1.2 Concessões de crédito	40
5.1.2.1 Modalidades de crédito	41

5.1.2.1.1 Recursos livres – pessoas físicas	41
5.1.2.1.2 Recursos direcionados	41
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
6.1 COMPARATIVO CONCESSÕES X INADIMPLÊNCIA	42
6.1.1 Comparativo Concessões x Inadimplência – Crédito Direcionado	43
6.1.2 Comparativo Concessões x Inadimplência – Crédito Livre.....	44
6.2 COMPARATIVO CONCESSÕES X CONSUMO DAS FAMÍLIAS	45
6.3 COMPARATIVO CONCESSÕES X MASSA SALARIAL.....	46
6.4 COMPARATIVO CONCESSÕES X TAXA DE DESEMPREGO	47
6.5 COMPARATIVO CONCESSÕES X TAXA DE JUROS.....	48
6.6 COMPARATIVO CONCESSÕES X INFLAÇÃO	49
7 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por muitas mudanças na última década. As políticas expansionistas adotadas pelo governo brasileiro impulsionaram a elevação do nível de emprego e renda da população. A liberação de crédito para as famílias foi a principal intervenção realizada na economia financeira no período. Diante de uma demanda reprimida por bens de consumo e com um grande déficit habitacional, o governo vislumbrou, através do consumo das famílias, uma forma de melhorar a economia do país. Haja vista o resultado recessivo do PIB em 2009, ocasionado pela crise financeira internacional iniciada no ano anterior. Com taxas de juros reduzidas, prazos longos de pagamento e economia aquecida, a liberação de crédito para compra de bens de consumo, automóveis e financiamento de casas para as famílias brasileiras ficaram mais acessíveis.

No entanto, nos últimos anos, o cenário econômico mudou. O lento crescimento do PIB, eleições presidenciais e diversas acusações de corrupção envolvendo políticos e empresas estatais, enfraqueceram a economia brasileira. A instabilidade econômica resultou na eliminação de postos de trabalho, afetando diretamente o nível de renda das famílias brasileiras.

Mesmo diante do crescimento da renda familiar dos brasileiros nos últimos anos, as famílias estão sofrendo cada vez mais para pagarem suas contas, e conseqüentemente se endividando. As longas prestações, principalmente dos financiamentos habitacionais e de automóveis, disputando espaço no orçamento familiar com os gastos essenciais (água, energia, gás e alimentação).

De acordo com a carta de conjuntura do IPEA de dezembro de 2014, houve um fraco desempenho da demanda por crédito em 2014. Ocasionalmente principalmente pela desaceleração do consumo das famílias, que se apresentava como grande sustentáculo do crescimento econômico nos últimos anos, todavia, registrando em 2014 o pior desempenho em mais de uma década.

Um elemento fundamental nesse processo relaciona-se às condições menos favoráveis no mercado de crédito, seja do lado da demanda – com o aumento do nível de endividamento das famílias e o comprometimento da renda destas com o serviço das dívidas passadas –, seja da oferta – com o aumento das taxas de juros e a maior seletividade dos bancos, somados ao enfraquecimento do mercado de trabalho e às pressões inflacionárias. Estas ações podem estar

restringindo o ímpeto de consumo das famílias, corroborando na queda dos índices de confiança do consumidor, que recuaram aos níveis mais baixos desde 2009.

A construção do trabalho viabilizou-se no aspecto bibliográfico, pelo grande número de material existente em torno do assunto. Os dados, em sua maioria, foram provenientes de bancos de dados oficiais do governo, como BACEN, MTE e IBGE.

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar o comportamento da concessão de crédito a pessoas físicas, mediante análise dos indicadores conjunturais econômicos no período de 2011 a 2015. O período de quatro anos justifica-se pelo fato de os dados de concessão de crédito disponibilizados pelo BACEN terem sofrido alteração na metodologia a partir de 2011.

Para atingir o objetivo proposto, foram elencados os seguintes objetivos específicos (i) contextualizar o SFN e as correntes do pensamento econômico, (ii) caracterizar taxas de juros e empréstimos, (iii) levantar os indicadores de inadimplência nos empréstimos, (iv) identificar e quantificar as variáveis consumo das famílias, renda e emprego, (v) avaliar e correlacionar os indicadores econômicos com a concessão de crédito a pessoas físicas.

Este estudo se justifica para o entendimento dos efeitos das políticas macroeconômicas na disposição de crédito às famílias brasileiras. De modo apropriado ao período recente, onde o Brasil encontra-se com o consumo das famílias em recessão.

Da mesma forma, este estudo incentivará novas análises no curso de Ciências Econômicas da Unesc, haja vista a amplitude do assunto, colaborando para o aprimoramento científico da instituição de ensino, permitindo-me perante sua construção, aprofundar-me no entendimento de políticas econômicas e de crédito atuais no Brasil.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO SFN

O entendimento da origem do sistema financeiro nacional se faz necessário neste estudo, sendo que por meio de seu surgimento as ações financeiras no Brasil foram regulamentadas e fiscalizadas.

De acordo com Pinheiro (2007, p. 44), “a origem do Sistema Financeiro está na criação em 1808 por alvará de D. João VI, Príncipe Regente, do primeiro Banco, denominado Banco do Brasil”.

Ao final dos anos 20, foi criada a Inspeção Real de Bancos, cuja função era a regulação e fiscalização das entidades bancárias e que serviu de base para a criação, em 1945, da superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Carvalho et al (2001, p. 311) destaca que no ano de 1965, logo em seguida ao golpe militar de 1964, o mercado financeiro brasileiro passou por grandes transformações:

Entre as mudanças mais importantes contam-se a criação de um Banco Central, a introdução da indexação de contratos financeiros, o estímulo ao desenvolvimento de mercados de capitais não apenas de títulos públicos, como também de ações de empresas privadas, e a criação de fundos institucionais de investimento administrados pelo governo federal. Com relação ao sistema financeiro privado, até então praticamente restrito a operação de bancos comerciais, instituições de poupança e companhias de financiamento, procedeu-se a uma ampla reforma institucional através da qual pretendia-se criar no país uma estrutura moldada no sistema segmentado de mercado adotado nos Estados Unidos.

“A partir de 1967, a evolução do sistema foi caracterizada pela concentração de instituições financeiras por meio de fusões e incorporações bancárias e de incentivos à capitalização das empresas.” (PINHEIRO, 2007, p.45)

De acordo com LUNDBERG (2011, p. 5-6)

As reformas financeiras realizadas a partir de 1964, como a instituição da correção monetária (Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964), a constituição do Banco Central do Brasil (BCB) e o fim da Lei da Usura (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964) contribuíram para que houvesse melhores condições de financiamento da dívida pública, bem como estabilização econômica e aumento da oferta de crédito.[...] O período que se seguiu a essas reformas (1968 a 1973) ficou conhecido como “milagre brasileiro”, caracterizado por inflação cadente, expansão do crédito e crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de mais de 10% a.a. Nesse período, manteve-se elevada a participação dos bancos oficiais no total dos empréstimos bancários realizados, que registraram 62,6% em 1968, 63,4% em 1970, 59,7% em 1973 e 66,0% em 1975.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

De acordo com Pinheiro (2007), pode-se entender o sistema financeiro de um país como um conjunto de instituições, instrumentos e mercados agrupados de forma harmônica, que visa transferir os fundos disponíveis dos poupadores, ou aqueles indivíduos cuja renda é maior que seus gastos, para os investidores, aqueles cujas oportunidades de gastos são maiores do que sua renda. O autor também explica o sistema financeiro como sendo a soma das unidades operacionais que o compõe e dos responsáveis pelas políticas monetárias, creditícia, cambial e fiscal, que regulam seu funcionamento.

O Sistema Financeiro Nacional é formado por órgãos que regulamentam, fiscalizam e executam as operações necessárias à circulação da moeda e crédito na economia. É formado por instituições supervisoras e operativas.

Segundo Fernandes (2006 p.35):

As instituições operadoras do SFN submetem-se às instituições supervisoras que possuem autoridade normativa e/ou fiscalizadora vinculadas à União, responsável por regulamentar políticas de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores na forma do artigo 22, inciso VII, da CF/ 1988. As instituições operativas têm como função operacionalizar a transferência de recursos do agente superavitário para o deficitário, ou seja, do poupador para o tomador de crédito.

O SFN é formado por instituições públicas e privadas e seu órgão máximo é o Conselho Monetário Nacional.

Segundo Assaf Neto (2006, p.45),

O Sistema Financeiro Nacional foi estruturado e regulado pela Lei de reforma Bancária (1964), Lei do Mercado de Capitais (1965) e, mais recentemente, com a Lei da Criação dos Bancos Múltiplos (1988). É constituído por todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, existentes no país.

Para Andrezo e Lima (2007, p. 38), o SFN está estruturado conforme segue:

- Conselho Monetário Nacional (CMN);
- Banco Central do Brasil (BACEN);
- Banco do Brasil S.A. (BB);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

- Demais instituições financeiras públicas e privadas.

2.1.1 CMN

O conselho monetário nacional foi instituído na forma de lei nº 4.595/1964 como órgão colegiado normativo do SFN, atualmente na estrutura do ministério da Fazenda. Segundo Fernandes (2006, p.25), trata-se da instituição maior do sistema financeiro, responsável por expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas nas Instituições Financeiras, coordenar as políticas monetárias, de crédito, orçamentária e fiscal, a dívida pública interna e externa.

O CMN é um órgão eminentemente normativo, não desempenhando nenhuma atividade executiva. Processa todo o controle do sistema financeiro, influenciando as ações de órgãos normativos como o BNDES, por exemplo, além de assumir funções legislativas das instituições financeiras públicas e privadas. (ASSAF NETO, 2006, p. 45)

2.1.2 Banco Central do Brasil - Bacen

O Banco Central é o principal poder executivo das políticas traçadas pelo Conselho Monetário Nacional e órgão fiscalizador do SFN. De acordo com LOPES E ROSSETTI (2005), ele foi criado em 1964 em substituição à SUMOC, para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro do país, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento desse sistema e as normas expedidas pelo CMN.

De acordo com Santos (1999, p. 27), “o Banco Central é administrado por uma Diretoria Colegiada, composta de até nove membros, um dos quais o Presidente. A Diretoria é nomeada pelo Presidente da República, com aprovação pelo Senado Federal, por voto secreto após arguição pública”.

Para Assaf Neto (2006, p.48),

[...] pode-se tratar o Banco Central como um banco fiscalizador e disciplinador do mercado financeiro, ao definir regras, limites e condutas das instituições, banco de penalidades, ao serem facultadas pela legislação a intervenção e a liquidação extrajudicial em instituições financeiras, e gestor do SFN, ao expedir normas e autorizações e promover o controle das instituições financeiras e de suas operações. É também considerado um executor da política monetária, ao exercer o controle dos meios de pagamento e executar o orçamento monetário e um banco do governo, na gestão da dívida pública interna e externa.

Ainda conforme Assaf Neto (2006, p.48), entre as principais atribuições e competências do BACEN, são destacadas:

- Fiscalizar as instituições financeiras, e quando necessário, aplicar as penalidades previstas em lei;
- Conceder autorização às instituições financeiras no que se refere ao funcionamento, instalação ou transferência de suas sedes e aos pedidos de fusão e incorporação;
- Realizar e controlar as operações de redesconto e as de empréstimos dentro do âmbito das instituições financeiras bancárias;
- Executar a emissão do dinheiro e controlar a liquidez do mercado;
- Efetuar o controle do crédito, de capitais estrangeiros e receber depósitos compulsórios dos bancos;
- Supervisionar os serviços de compensação de cheques entre instituições financeiras;
- Receber depósitos compulsórios das instituições financeiras e executar operações de política monetária.

2.1.3 Comissão de Valores Mobiliários – CVM

“A CVM tem por finalidade básica a normatização e o controle do mercado de valores mobiliários, representado principalmente por ações, partes beneficiárias e debêntures, *commercial papers* e outros títulos emitidos pelas sociedades anônimas e autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.” (ASSAF NETO, 2006, p.48).

De acordo Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei 6.385, de sete de dezembro de 1976. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país.

Para Assaf Neto (2006, p.48), são funções básicas da CVM, entre outras, promover medidas incentivadoras à canalização das poupanças ao mercado acionário, em bases eficientes e regulares, assegurar a lisura nas operações de compra a venda de valores mobiliários e promover a expansão de seus negócios; dar proteção aos investidores de mercado.

2.1.4 Banco do Brasil – BB

Hoje o Banco do Brasil é uma sociedade anônima de capital misto e seu controle acionário é exercido pela União. Até 1986 era responsável pela emissão de

moeda no país, por acesso direto à conta movimento do Tesouro Nacional. Atuação esta que foi revogada por decisão do CMN.

Segundo Assaf Neto (2006, p.49), no desenvolvimento de suas atividades, o Banco do Brasil assume três funções, conforme discutidas a seguir:

- Agente Financeiro do Governo Federal, na execução de sua política creditícia e financeira, atuando sob a supervisão do CMN. Nessa atribuição, pode o BB, entre outras operações, receber os tributos e as rendas federais, realizar os pagamentos necessários e constantes do orçamento da União, receber depósitos compulsórios e voluntários das instituições financeiras, efetuar descontos bancários e executar a política dos preços mínimos de produtos agropecuários.
- Banco comercial, ao exercer atividades próprias dessas instituições.
- Banco de Investimento e Desenvolvimento, ao operar, em algumas modalidades, com créditos a médio e a longos prazos. Na execução dessa nova função, o BB pode financiar as atividades rurais, comerciais, industriais e de serviços (Banco de Investimento), além de fomentar a economia de diferentes regiões, ao atender a suas necessidades creditícias (Banco de Desenvolvimento).

2.1.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

De acordo com o Banco Central:

BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações brasileiras.

Apesar de operar algumas vezes de forma direta, a atuação do banco desenvolve-se geralmente por meio de agentes financeiros, como Bancos Comerciais, Bancos de Investimentos e Sociedades Financeiras. Esses agentes recebem uma comissão do BNDES, denominada de Del credere, para executarem essa intermediação entre a instituição e o financiamento, tornando-se corresponsáveis também pela liquidação da dívida junto ao banco. (ASSAF NETO, 2006 p.49).

2.1.6 Caixa Econômica Federal – CEF

Para Assaf Neto (2006, p.50), “tanto a Caixa Econômica Federal como as demais Caixas Econômicas são instituições financeiras públicas que atuam de forma

autônoma e apresentam um objetivo claramente social.” São classificadas como órgãos auxiliares do Governo Federal na execução de sua política creditícia.

Segundo o site do Banco Central:

Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esportes. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal.

“A CEF constituiu-se, com base em sua função social, no principal agente do SFH- Sistema Financeiro de Habitação – atuando no financiamento da casa própria, principalmente no segmento de baixa renda”. (ASSAF NETO, 2006, p.50)

Segundo Assaf Neto (2006, p.50), seus estatutos preveem outros objetivos à Caixa Econômica Federal, tais como:

- Administrar, com exclusividade, os serviços das loterias federais;
- Constituir-se no principal arrecadador do FGTS;
- Ter o monopólio das operações de penhor.

2.1.7 Secretaria do Tesouro Nacional – STN

A STN tem o objetivo de aprimorar as finanças públicas do Brasil. Segundo Assaf Neto (2006, p.50), sua atividade principal é de operar a administração e controle das receitas e despesas públicas. A partir de 1993, a STN passou também a ser responsável pelo controle e gestão de toda a dívida pública federal interna e externa, mobiliária ou contratual, centralizando em uma única unidade governamental a responsabilidade pelo gerenciamento de todos os compromissos do governo federal.

2.1.8 Instituições financeiras bancárias

As instituições financeiras bancárias são compostas por Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos e Caixas Econômicas.

2.1.8.1 Bancos Comerciais

“Os Bancos Comerciais são instituições financeiras constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas. Executam operações de crédito caracteristicamente de curto prazo, atendendo, dessa maneira, às necessidades de recursos para capital de giro das empresas.” (ASSAF NETO, 2006, p.51).

Segundo o Banco Central, os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazo, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo.

Para Assaf Neto (2006, p.51), “as principais operações ativas desenvolvidas pelos bancos comerciais concentram-se na concessão de crédito pessoal, crédito rural, adiantamentos sob caução de títulos comerciais, cheques especiais, etc”. Os recursos dessas instituições são provenientes, principalmente dos depósitos a vista e a prazo, operações de redesconto bancário e assistência financeira e operações de câmbio.

3 ORIGEM E FUNÇÃO DO CRÉDITO

“Como conceito geral, poderíamos dizer que crédito é todo ato de cessão temporária do patrimônio a um terceiro com a expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente depois de decorrido o tempo estipulado.” Schrickel (2000, apud PANDOLFO, 2007, p.12).

No pensamento de Carvalho et al (2001), para que as economias possam se desenvolver, é necessário que haja investimento, ou seja, que parte do produto criado pela sociedade seja destinada à acumulação de meios de produção, aumentando a capacidade produtiva. Os requisitos materiais para o desenvolvimento econômico e o aumento do bem-estar social não são muito diferentes hoje do que foram. Na era primitiva, quando era restrita à atividade agrícola, as famílias deveriam separar uma parte do produto obtido de sua colheita, ao invés de ser consumida, deveria ser destinada ao plantio. Em outras palavras, estas famílias estariam poupando parte do produto para investir na renovação e ampliação da produção.

Em economias modernas é um pouco mais complicado. “Ao contrário da sociedade primitiva, investe-se não porque se deseje obter um produto maior e mais abundante no futuro, mas porque investir deve ser lucrativo.” (CARVALHO ET AL, 2001, p.235). Mas há ainda uma diferença mais importante do que o fato de o investimento em uma economia moderna dever gerar lucro, é a de que na economia moderna os bens de investimentos devem ser comprados, enquanto que na economia agrícola se valiam dos produtos que eles mesmos produziam. E para comprar estes produtos, o investidor deve ter dinheiro. Neste caso, o investidor pode possuí-lo por ter economizado previamente, por ter recebido uma herança, etc., ou não o possuir e, para isso, as economias capitalistas modernas descobriram um instrumento poderoso que viabiliza o investimento: o desenvolvimento e o aprofundamento de relações financeiras entre os agentes econômicos. A mais simples e fundamental forma de relação financeira conhecida é o crédito.

A necessidade de crédito e empréstimos se justifica na medida em que a poupança não faz parte da cultura do povo brasileiro.

A relação de crédito é estabelecida a partir do momento em que um agente empresta recursos a outro, por um determinado prazo e é remunerado por isso através de pagamento de juros.

Os contratos bancários visam à concessão de crédito industrial e agrícola,

desenvolvem as transações comerciais, dão crédito individual (pessoal) e comercial, possibilitam atender anseios sociais, individuais e coletivos, e o crédito público propicia a realização das grandes obras públicas. (VENTURA, 2000).

Schumpeter (1982) descreve a origem do crédito na necessidade da alteração no poder relativo de compra dos indivíduos para o alcance de um potencial produtivo. “O poder de compra é o veículo de um processo essencial.” (SHUMPETER, 1982, p.68). Ele acredita que o crédito é uma forma de “fazer” dinheiro.

Os empresários, por exemplo, não podem tomar emprestados os meios de produção dos quais necessitam, mesmo que houvesse disponibilidade, os possuidores não aceitariam os emprestar para que eles devolvessem quando tivessem retornos sobre estes produtos.

Não pode haver dúvida de que esses meios de circulação passam a existir no processo de concessão de crédito e são criados especialmente - desprezando-se os casos em que há apenas uma questão de “evitar transporte de dinheiro metálico” – com o propósito de conceder crédito. (SCHUMPETER, 1982).

Conforme Silva (1997, apud PANDOLFO, 2007, p.13)

O crédito, sem dúvida, cumpre importante papel econômico e social, a saber: possibilita às empresas aumentarem seu nível de atividade; estimula o consumo influenciando na demanda; ajuda as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentos; e facilita a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes. A tudo isso, entretanto, deve-se acrescentar que o crédito pode tornar empresas ou pessoas físicas altamente endividadas, assim como pode ser forte componente de um processo inflacionário.

Carvalho et al (2001) destaca que no mercado de crédito as transações são feitas de forma individualizada, identificando-se as duas partes que realizam o empréstimo. Nesta operação, resultam obrigações que são, em princípio, não renegociáveis e intrasferíveis. Estes contratos são desenhados de modo a satisfazer o tomador e o prestador em termos de taxas de juros, prazos e garantias.

O mercado de crédito se desdobra em dois segmentos muito importantes, o de crédito de longo prazo e o de crédito de curto prazo.

No próximo capítulo serão descritas e apresentadas as variáveis macroeconômicas, as quais podem influenciar no volume de crédito, o que será analisado posteriormente neste trabalho.

4 CRESCIMENTO ECONÔMICO

4.1 PRODUTO

O crescimento econômico de um país é determinado pelo aumento do produto naquele período.

De acordo com (TONETTO, GREMAUD, VASCONCELLOS, p.31):

Produção é a atividade social que visa adaptar a natureza para a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas. A produção é a principal atividade a ser medida, uma vez que refletirá a capacidade de satisfação das necessidades dos membros da sociedade. Assim, o primeiro passo para avaliar-se o desempenho de um país é medir seu produto. Este corresponde a soma daquilo que foi produzido em um país durante determinado período de tempo. Trata-se, portanto, de um fluxo, medido em dado período de tempo (em geral um ano). A partir do produto, podemos avaliar o crescimento econômico de um país.

O PIB é considerado a medida de desempenho de uma economia. Para MANKIWI (1998), o PIB em termos mais precisos é igual a renda total de todas as pessoas na economia e a despesa total da economia na produção de bens e serviços. Ele considera que, nesse ponto de vista, tanto na renda como na despesa, fica claro que o PIB é uma medida de desempenho econômico, pois ele mede algo que as pessoas desejam: a renda. Da mesma forma que uma economia que dispõe de uma grande produção de bens e serviços pode satisfazer melhor às demandas de indivíduos, empresas e governos.

Há uma grande dificuldade no cálculo do PIB, pois como somar coisas totalmente diferentes, os quais são medidos em unidades específicas? Para resolver essa questão, o PIB é calculado em unidades monetárias.

A sociedade é marcada pela divisão do trabalho, ou seja, a produção se dá em diversas unidades produtivas especializadas. Para sobreviver, os indivíduos vendem seus produtos no mercado para poder comprar o que necessitam. A maior parte desta produção é destinada ao mercado, sendo trocada por quantidade de moeda, dando preço aos produtos. Aí surge a possibilidade de se agregarem os diferentes bens produzidos – por meio de suas expressões monetárias. (TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS, 2013).

Na etapa produtiva, nem todos os produtos servem para atender às necessidades dos indivíduos, existem os produtos que são utilizados como insumos

na produção de outros produtos. Neste caso, a medição do produto não se dará pela soma do valor da produção em todas as etapas do processo produtivo, mas sim pelo valor total da produção de bens e serviços finais, os quais servirão para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Por isso, existem alguns problemas relacionados ao cálculo do PIB.

Para LOPES E ROSSETTI (2005), a insistência nos bens e serviços finais é para garantir que não haja dupla contabilização. Por exemplo, não desejaríamos incluir no PIB o preço total de um automóvel e também incluir o valor dos pneus que foram adquiridos pela montadora. Os componentes do carro são chamados de bens intermediários, cujo valor não é incluído no PIB.

Para TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS (2013), há duas formas de medir o produto: pelo valor dos bens finais ou pela agregação dos valores adicionados (valor do produto menos valor dos insumos) em cada etapa produtiva.

Conforme Blanchard (2011), a definição do PIB nos oferece mais de um tipo de interpretação, mais de um tipo de cálculo, onde três definições de como calcular o PIB se tornam mais presentes. A primeira nos concede como forma de cálculo do PIB pelos registros e somatório da produção de bens finais, essa forma é próxima de como são reunidos hoje os números reais do PIB. “O PIB é o valor dos bens e serviços finais produzidos em uma economia em um dado período.” (BLANCHARD, 2011, p. 18).

A segunda definição nos permite entender que “O PIB é a soma dos valores adicionados na economia em um dado período.” (BLANCHARD, 2011, p.19) Nesse caso, o valor adicionado é definido exatamente por um valor a mais, sendo assim, esse valor adicionado se define que o valor de toda a sua produção seja diminuído do valor dos bens intermediários que a economia utiliza na produção.

O PIB ainda pode ser calculado por outro método, que é sob a ótica da renda. Para BLANCHARD (2011, p. 18), “o PIB pode também ser “a soma das rendas na economia de um dado período.”

Para TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS (2013), existem mais dois métodos, denominados por eles de “ótica do dispêndio” e “ótica da renda”. De acordo com elas, pode-se medir o produto, respectivamente: (i) por meio do dispêndio ou da demanda (compras finais), e (ii) por meio da renda gerada no processo produtivo.

4.1.1 PIB real e nominal

“O produto é medido em termos monetários, pois é a forma que se possui para reduzir os diversos bens e serviços da economia a um denominador comum e, com isso, poder-se agregá-los.” (TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS, 2013, p. 47). Mas como a moeda geralmente perde valor durante o tempo pelo processo inflacionário, o poder de compra da moeda é corroído devido à elevação no nível geral de preços. Dessa forma, o produto pode sofrer variações em termos monetários mesmo que não tenha alterado a sua quantidade.

Pode haver um acréscimo de PIB seja porque os preços subiram, seja porque as quantidades aumentaram, como mostra a fórmula do produto:

$$Y = P_i \times Q_i \quad (1)$$

Onde P_i é o preço e Q_i é a quantidade das n mercadorias da economia.

Desse modo, o PIB pode não ser uma boa medida do bem-estar econômico, pois não reflete com exatidão a satisfação que a economia pode propiciar aos consumidores, empresas e governo. Se todos os preços dobrassem e não houvesse nenhuma alteração na quantidade, o PIB dobraria, mas não se pode concluir que tivesse dobrado a capacidade da economia de satisfazer demandas. O PIB nominal é, para os economistas, o valor de bens e serviços medidos em preços correntes. (MANKIWI, 1998).

Para TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS (2013), “o que interessa em termos de crescimento é o comportamento de Q ; assim, devemos diferenciar entre produto real – aquele medido a preços constantes - e o produto nominal - aquele medido a preços correntes.”

O PIB nominal é a soma das quantidades de bens finais multiplicada por seus preços correntes. Portanto, se a intenção é calcular a variação da produção ao longo do tempo, deve-se eliminar o efeito dos preços na medida do PIB. E, por isso, o PIB real calcula o PIB utilizando preços constantes. (BLANCHARD, 2011).

Conforme TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS (2013, p. 47):

“[...] para retirar os efeitos da inflação sobre a medida do produto utilizamos os chamados índices de preços para fazer o deflacionamento. Esses índices correspondem a médias ponderadas das mudanças de preços dos diversos

produtos. O principal índice é o deflator implícito do produto(DI), que corresponde à razão entre a soma de todos os preços no instante atual multiplicados pelas quantidades no instante atual e a soma de todos os preços no instante anterior multiplicados pelas quantidades do instante atual. “

O PIB real é a melhor forma que temos para medir o bem estar econômico, onde se contam a produção de bens e serviços da economia sem a devida influência das mudanças de preços, ele indica o que teria acontecido com os gastos em produção se as quantidades mudassem, permanecendo constantes os preços. MANKIW (1997).

Para Mankiw (1997), o PIB ainda é dividido em quatro componentes de despesa: Consumo (C), Investimento (I), Despesas de Governo (G) e Exportações Líquidas (NX). Sendo o PIB = a soma de todos os componentes:

$$Y = C + I + G + NX \quad (2)$$

“As famílias consomem uma parte da produção, outra parte é usada como investimento pelas empresas e famílias; e o governo compra uma parcela dos bens e serviços para finalidades públicas.” (MANKIW, 1997, p. 43).

4.2 CONSUMO

O consumo corresponde à parcela da renda destinada à aquisição de bens e serviços para a satisfação das necessidades dos indivíduos. Para tal, os indivíduos adquirem vários tipos de bens que podem ser classificados em: bens de consumo leves, duráveis e serviços. (GREMAUD,VASCONCELLOS, e JUNIOR, 2013) .

Quando se analisam as decisões de consumo, são consideradas decisões de poupança, que é o determinante de investimento. O consumo pode ser imediato ou futuro, quando há a decisão de consumo futuro, há formação de poupança.

A renda das famílias tem três destinos: ser consumida, poupada ou usada em impostos. A renda menos o pagamento de impostos nos dá a renda pessoal disponível.

Para Mankiw(1997), o consumo absorve a maior parte do produto. O

conjunto das diferentes modalidades de consumo compõe dois terços do PIB, e por isso as decisões de consumo tornam-se uma das questões mais relevantes da economia.

“As decisões de consumo dependem de muitos fatores, o principal é a renda ou, mais precisamente a renda disponível, que é a renda que resta depois que os consumidores receberam transferências do governo e pagaram seus impostos.” (BLANCHARD, 2011, p. 40). Quando a renda disponível sobe, as pessoas compram mais e, quando a renda disponível cai, as pessoas compram menos.

Blanchard (2011) descreve o consumo de tal forma, C o consumo e Y_D a renda disponível:

$$C = C(Y_D) \quad (3)$$

(+)

Para Blanchard (2011) é assim que se afirma formalmente que o consumo (C), é uma função disponível da renda, Y_D . Chama-se de função consumo a função $C(Y_D)$. Quando há um sinal positivo em baixo da renda disponível quer indicar que quando a renda disponível aumenta o consumo também aumentará.

Keynes argumentou de maneira semelhante através da função consumo Keynesiana. “Ele afirma que os gastos do consumidor estão relacionados à renda disponível, a renda total disponível para gastos, equivalente à renda agregada (que é igual ao produto agregado) menos impostos ($Y-T$).” (MISHKIN, 2000, p.334). A função consumo é expressa da seguinte maneira:

$$C = a + (mpc \times Y_D) \quad (4)$$

Onde a quer dizer o gasto autônomo do consumidor e indica quanto eles irão gastar quando a renda disponível for zero; mpc significa a propensão marginal a consumir que é = à inclinação da linha da função consumo ($\Delta C/\Delta Y_D$), e reflete a mudança nos gastos do consumidor decorrentes de um dólar adicional de renda disponível.

“A função consumo é um conceito intuitivo que uma pessoa pode entender prontamente se pensar na forma como seu próprio comportamento se modifica em relação aos gastos conforme aumenta sua renda disponível.” (MISHKIN, 2000, p.334).

Blanchard (2011) explica que mesmo que a renda seja zero, o consumo ainda será positivo, pois, com ou sem renda, o indivíduo precisa se alimentar. Neste caso, eles vão despoupar, vender alguns de seus ativos ou contrair empréstimos.

Outra variável que influencia no consumo é a riqueza. Suponham-se duas famílias com o mesmo nível de renda. Uma possui bens, previdência privada, ou seja, fez um planejamento para o futuro. A outra não possui propriedade alguma e nenhuma reserva. Apesar de as duas terem o mesmo nível de renda, a primeira possui uma riqueza acumulada que lhe dá garantias em relação ao futuro, a segunda não. Neste caso, a primeira família pode consumir mais da sua renda disponível, pois precisa se preocupar menos com o futuro. Portanto, dado um mesmo nível de renda, tende a consumir mais quem possuir maior riqueza.

“Os dois principais modelos de função consumo que consideram esse fato são; o modelo do ciclo de vida de Ando-Modigliani e o da renda permanente de Milton Friedman.” (GREMAUD, VASCONCELLOS e JUNIOR, 2013).

Conforme o modelo do ciclo de vida, os indivíduos poupam quando são jovens, pois sabem que na velhice haverá uma redução na renda e na força de trabalho. Na velhice, as pessoas não deixam de ser consumidores, apenas deixam de gerar renda. Por isso, deve-se poupar uma parcela da renda na juventude, acumulando uma riqueza que permita manter o consumo no momento em que se aposentam. Tem-se, neste caso, um motivo previdenciário para a poupança.

Para DORNBUSCH e FISCHER (1991, p.306): “A hipótese do ciclo da vida vê as poupanças como resultantes principalmente dos desejos dos indivíduos viabilizarem o consumo na velhice”.

Segundo a mesma teoria, o nível de consumo individual ou familiar depende não apenas da renda corrente, mas também dos rendimentos esperados a longo prazo, estes tidos como mais importantes na composição do nível de consumo. Pressupõe-se que os indivíduos planejem o quanto destinarão de sua renda ao consumo ao longo de suas vidas com base nos rendimentos esperados durante toda a vida.

Nesta teoria, considera-se que os indivíduos não deixam herança, ou seja, eles consomem ao longo da vida toda sua renda gerada. Neste caso, em uma sociedade que há alta participação de idosos, tende a ter baixa participação de poupança. “Além de trazer uma série de dificuldades para o sistema previdenciário,

leva a consequências negativas sobre o nível de poupança da economia.” (GREMAUD,VASCONCELLOS, e JUNIOR, 2013, p. 131).

“A teoria da renda permanente de Milton Friedman defende que as pessoas geram seu comportamento de consumo em relação às oportunidades de consumo de longo prazo e não de acordo com o nível de renda corrente.” (DORNBUSCH E FISCHER , 1991, p. 319). Um exemplo é se o indivíduo recebe seu salário uma vez por semana, não se esperaria que ele gastasse todo esse valor em apenas um dia, ele dividiria os gastos nos dias da semana.

Outra variável que afeta o consumo é a taxa de juros. “A poupança é vista como uma renúncia ao consumo presente, para que possa consumir mais no futuro. O indivíduo, ao poupar, supondo que aplique os recursos, receberá uma remuneração que será acrescida à poupança original, a taxa de juros [...]” (GREMAUD,VASCONCELLOS, e JUNIOR, 2013).

De acordo com Leite (2000) os motivos que realmente influenciam nas despesas de consumo são onde a capacidade aquisitiva da comunidade que representa a renda disponível e o nível de riqueza real se enquadra perfeitamente, além de ainda ter a taxa de juros como um dos importantes fatores para influências no consumo, de acordo sobre o efeito que ela causa em cima do custo do crédito.

Considera-se que as pessoas têm preferência em consumir no presente, e essa preferência reflete-se na chamada taxa de desconto (o consumo adicional exigido no futuro para abrir mão do consumo corrente).

Para que o indivíduo abra mão de consumir no presente, a taxa de juros recebida deve ser maior ou igual à taxa de desconto, que seria o “prêmio pela espera”. Quanto maior a taxa de juros, mais os indivíduos vão querer poupar, o que reduzirá o consumo presente. Esse fenômeno é chamado de efeito-substituição, o consumo presente fica relativamente mais caro que o consumo futuro.

Esse mesmo resultado pode ser obtido olhando-se pelo lado dos empréstimos aos consumidores. Se o indivíduo tem uma renda inferior ao que deseja consumir, precisa tomar emprestado. Neste caso, quanto maior a taxa de juros, menor o consumo. Há também os casos em que os indivíduos pretendem adquirir produtos com maior valor agregado, que é o caso dos bens de consumo duráveis, como carros, imóvel, etc. E pra isso necessitam de financiamento. Nesse caso, se a taxa de juros estiver alta, os indivíduos pouparão e aplicarão seus recursos no mercado financeiro para consumir no futuro.

Para (GREMAUD, VASCONCELLOS, e JUNIOR, 2013, p.138),

A importância do crédito é claramente percebida no caso dos bens de consumo duráveis, que, por serem de alto valor, têm sua aquisição limitada com base na renda corrente. Assim, a existência do crédito ao consumidor tende a potencializar a demanda por esses bens; caso contrário, dever-se-ia esperar acumular os recursos para sua compra (a circulação desses bens seria pequena e extremamente truncada). Duas variáveis afetam a demanda por crédito ao consumidor: a taxa de juros e o prazo do financiamento (além da expectativa da renda futura).

Ainda para (GREMAUD, VASCONCELLOS, e JUNIOR, 2013, p. 135):

No Brasil, a manutenção de taxas de juros elevadas como forma de conter a demanda (consumo) é utilizada recorrentemente. No início dos anos 80, foi um dos principais instrumentos para viabilizar o ajustamento externo; no final dos anos 80, tentou-se utilizá-lo para evitar a hiperinflação, e sem sido um dos principais instrumentos para manter a estabilidade obtida após o plano real, controlando a demanda agregada.

O aumento da taxa de juros impacta de forma diferente na sociedade. Para os aplicadores líquidos no sistema financeiro, a alta na taxa de juros faz com que a renda destes aumente, o que gera um aumento no consumo (efeito riqueza). Por outro lado, como a taxa de juros está maior, há também os que vão preferir poupar mais para ganhar mais rendimentos (efeito substituição).

Pode-se concluir com a análise dos autores que as variáveis que mais influenciam o consumo são a renda disponível, a taxa de juros e a riqueza das famílias.

Outra variável que pode influenciar o consumo é a expectativa do indivíduo para o futuro. Se ele tem um emprego estável ou não, se ele possui riquezas reais que possam garantir seu futuro caso ocorra algum imprevisto. Por exemplo, se uma pessoa possui um emprego estável, que não depende de comissões ou de como está a economia do país para se manter no emprego, considera que pode utilizar parte da sua renda disponível para o consumo presente, ou até adquirir financiamentos com parcelas fixas para o futuro e consumir no presente. Já uma pessoa que depende de sua produção para receber comissões ou trabalha em alguma empresa que possa vir a demiti-la a qualquer momento, vai preferir poupar uma parte de sua renda para caso ocorra algum imprevisto indesejado.

4.3 ESTABILIDADE DOS PREÇOS E INFLAÇÃO

A inflação é definida como um aumento generalizado e contínuo dos preços. Se ocorrer o contrário, redução generalizada dos preços tem-se deflação. É importante salientar que caso ocorra o aumento do preço de um bem ou serviço em particular, não caracteriza inflação.

Normalmente estes aumentos não ocorrem de forma sincronizada, o que dificulta o cálculo do tamanho desta inflação. A forma como isso é resolvido é fazer uma média ponderada da elevação dos preços.

O primeiro e principal problema que a inflação descontrolada causa na economia é na distribuição de renda. Segundo Leite (2000), a redistribuição de renda para os assalariados, pensionistas e aposentados em um período de inflação é sempre precária, uma vez que ele não consegue reaver prejuízos causados pela inflação que corrói seus rendimentos diariamente, e se o período inflacionário for constante e longo as perdas serão cada vez maiores.

A inflação causa uma redução no poder aquisitivo dos indivíduos, ou uma desvalorização da moeda. O que significa que uma mesma unidade monetária poderá adquirir menos bens e serviços, pois estes estão mais caros.

É importante deixar claro que quando se usa o termo “inflação estabilizada”, não quer dizer que naquele período não houve inflação, significa que a inflação naquele período foi a mesma inflação que no período anterior, ou seja, os preços aumentaram em um mesmo percentual.

Para (Blanchard, 2011), os macroeconomistas geralmente examinam duas medidas do nível de preços, ou seja, dois índices de preços: o deflator do PIB e o índice de preços ao consumidor (IPC).

O deflator do PIB no ano t , P_t , é definido:

$$P_t = \text{PIB nominal}_t / \text{PIB Real}_t \quad (5)$$

Uma vantagem da definição de preços em termos do deflator do PIB está no fato de implicar em uma relação simples entre PIB nominal, PIB real e deflator do PIB. Como podemos ver: $\text{PIB Nominal} = P_t \times \text{PIB real}$.

O deflator do PIB fornece o preço médio do produto. Entretanto, os consumidores se preocupam com o preço médio do consumo. O que os diferencia é

que o conjunto de bens produzidos na economia não é igual ao conjunto de bens adquiridos pelos consumidores. Pois há produtos no PIB, por exemplo, que não são vendidos para consumidores, e sim para empresas, governo ou mercado externo. E por outro lado, alguns bens comprados pelos consumidores não são produzidos no Brasil, portanto não fazem parte do PIB.

O IPC (índice de preços ao consumidor) fornece custo em moeda corrente de uma lista específica de bens e serviços ao longo do tempo. A lista, baseada em um estudo detalhado dos gastos do consumidor, procura representar a cesta de consumo de um consumidor urbano típico. (Blanchard, 2011).

O índice de preço ao consumidor e o deflator do PIB na maior parte do tempo caminham juntos, sendo que normalmente na medida em que os anos vão passando essas duas taxas de inflação diferem menos de 1%. Mas é claro que sempre existem exceções. “Em 1979 e 1980, o aumento do IPC foi significativamente maior do que o aumento do deflator do PIB.” (BLANCHARD, 2011, P.28). Isso aconteceu porque o índice de preço ao consumidor mede o preço dos bens consumidos no país e o deflator do PIB mede o preço dos bens produzidos no país, ou seja, quando aumentou o preço dos bens importados em relação ao preço dos bens produzidos no país, o índice de preço ao consumidor subiu muito mais rápido do que o deflator do PIB.

4.3.1 Tipos de Inflação

Para Tonetto, Gremaud e Vasconcellos (2013), existem dois tipos de inflação: inflação de demanda e inflação de custos.

“A inflação de demanda deve-se à existência de excesso de demanda em relação à produção disponível”. (TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS, 2013, p.97) Ocorre quando há um aumento da demanda não acompanhado pela oferta; portanto, é mais provável que ela apareça quanto maior for o grau de utilização da capacidade produtiva da economia.

4.3.2 Determinação da taxa de Juros

A taxa de juros é o que se ganha pela aplicação de recursos durante determinado período de tempo, ou aquilo que se paga pela obtenção de recursos de

terceiros, através de empréstimos, durante determinado período de tempo.

De acordo com (GREMAUD, VASCONCELLOS JUNIOR, 2013), “a taxa de juros é umas das variáveis mais acompanhadas na economia, seu comportamento afeta as decisões de consumo dos indivíduos, as decisões de investimento, a magnitude do déficit público entre outras variáveis. “

A taxa de juros é quem determina o custo de um empréstimo ou a remuneração de um investimento. Ela é dividida em taxa nominal e real. A taxa de juros real corresponde aos ganhos descontando a inflação. Por exemplo, você deixa recursos em uma aplicação rendendo juros, e você espera que em um determinado período de tempo você consiga adquirir mais bens que anteriormente. Se esta aplicação rendeu 8% ao ano e a inflação no período também tenha sido de 8%, você na verdade conseguirá adquirir a mesma quantidade de bens que ao início da aplicação. Considerando a taxa real você não obteve ganhos e nem perdas.

Para (TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS, 2013), existem duas correntes sobre o que determina a taxa de juros. A primeira vê a taxa de juros como o prêmio pela espera e a segunda vê como o prêmio pela renúncia à liquidez.

“A determinação da taxa de juros segundo a primeira concepção se dá de acordo com a chamada teoria dos fundos emprestáveis e na segunda de acordo com o princípio da preferência pela liquidez.” (TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS, 2013, p.223).

Na teoria dos fundos emprestáveis, a taxa de juros é determinada pela oferta e demanda de títulos. A oferta de títulos será tanto maior quanto maior o seu preço ou quanto menor a taxa de juros. Já a demanda de títulos será tanto maior quanto menor o seu preço e maior a sua taxa de juros. Se houver um excesso de demanda, o preço do título subirá se houver um excesso de oferta de títulos ocorre o contrário, haverá um excesso de demanda por empréstimos, o que fará com que a taxa de juros se eleve. Desta forma, a taxa de juros é determinada pelo equilíbrio do mercado financeiro, de empréstimos.

De acordo com (TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS, 2013, p. 227), no Brasil, as principais taxas de juros são:

- Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia): taxa de negociação de títulos públicos
- TR (Taxa Referencial de Juros): Calculada pela média das taxas de juros dos CDBs dos trinta maiores bancos. As taxas são coletadas diariamente e a TR de um dia corresponde à média do dia, do dia

anterior e do dia seguinte. Sobre essa média é aplicado um redutor para excluir expectativas inflacionárias. É utilizada como indexador de contratos e para o ajuste da caderneta de poupança.

- TBF (Taxa Básica de Financiamento): mesmo processo de cálculo da TR, mas tem um redutor menor
- TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo): utilizada principalmente pelo BNDES. Seu objetivo é possibilitar o alongamento de prazos no mercado financeiro. Em seu cálculo é considerada a taxa de juros dos títulos da dívida externa (25%) e da dívida interna federal (75%). É corrigida a cada três meses.

4.3.3 Estrutura da taxa de juros e Sistema Financeiro

Anteriormente, foi mostrado como se determina a taxa de juros. Mas na verdade não existe apenas um tipo de taxa de juros, existem várias taxas. Há, por exemplo, modalidades de títulos e empréstimos, cada qual com sua taxa de juros. Ao se discutir a preferência pela liquidez, analisa-se a taxa de juros formada no mercado monetário. A hipótese é que todas as taxas tenham alguma relação entre si, se há um aumento nesta taxa que afeta o investimento e o consumo, também afetará as taxas de empréstimos ao consumidor, a taxa que o investidor paga no título que ele lança, e assim por diante. Assume-se, assim, a existência de uma estrutura de taxas de juros e que estas possuem alguma relação.

Há três aspectos básicos que diferenciam a taxas de juros entre os ativos: risco, prazo e liquidez.

4.3.3.1 Risco

O risco das operações financeiras decorre de sua própria natureza. Empréstimo de dinheiro com uma promessa futura de pagamento, o problema é que o prestador possui um volume limitado e imperfeito de informações sobre o tomador. Disso, emerge o risco de não pagamento.

O risco é definido como a probabilidade de perda de recursos pelo aplicador em decorrência da incapacidade de pagamento do emitente do título. “Essa perda pode ser parcial ou total; o risco deve ser medido como a perda esperada (probabilidade de não pagamento das condições acertadas, mas descontando-se o “valor residual”), isto é, o quanto se recupera.” (TONETTO, GREMAUD e VASCONCELLOS, 2013, p.229).

“A lei permite ao devedor deixar de pagar, se ele declara falência. Quanto

maior a probabilidade de inadimplência, maior a taxa de juros. O governo tem o menor risco de crédito e, portanto, seus títulos tendem a oferecer a menor taxa de juros.” (MANKIWI, 1998, p. 45).

Muitos são os fatores que afetam o risco: o tipo de produto, a forma de gestão da empresa, setor de atuação, o mercado em que atua, etc. Quanto maior o risco do título de uma empresa, maior a taxa de juros exigida.

4.3.3.2 Prazo

Outro aspecto que diferencia a taxa de juros é o prazo. Alguns empréstimos são tomados por um curto período, enquanto outros podem chegar a trinta e cinco anos. A taxa de juros depende do prazo, sendo que, geralmente, as de longo prazo são maiores que as de curto prazo.

4.4 NÍVEL DE EMPREGO

O nível de emprego é uma preocupação para as autoridades econômicas, pois a utilização adequada dos recursos é um dos aspectos mais importantes para o desempenho da economia, e os trabalhadores constituem o principal recurso. (Mankiw, 1998).

Segundo Blanchard (2011), pessoas economicamente ativas ou força de trabalho significam o número de pessoas que possuem idade para trabalhar e que estão ou trabalhando ou procurando um emprego. E desemprego quer dizer as pessoas que estão desempregadas, mas estão à procura de um emprego. As pessoas que possuem idade ativa e não estão à procura de trabalho, não fazem parte da força de trabalho.

Para (MANKIWI, 1998, p. 27), “a taxa de desemprego é o instrumento que mede a percentagem das pessoas que desejariam trabalhar, mas não encontram colocações.” Ela é definida como a razão entre o número de desempregados e a população economicamente ativa.

Blanchard(2011) destaca que o salário tem grandes relações com o nível de desemprego. Para ele, uma taxa de desemprego baixa estimula a demissão voluntária. Quando o desemprego é baixo, é fácil encontrar um novo emprego. Para evitar o desemprego voluntário, o empregador é levado a aumentar os salários para

induzir os trabalhadores a permanecerem na empresa.

O nível de desemprego está relacionado a preços e salários, como sugere a seguinte equação:

$$W = P^e F(u, z) \quad (6)$$

(-, +)

Onde: W: Salário nominal agregado

P^e : O nível esperado de preços

Z: Variável abrangente, que representa todas as outras variáveis que podem afetar o resultado da fixação dos salários.

O Sinal de menos (-) sob o u indica que um aumento na taxa de desemprego reduz os salários. Pode-se concluir com esta relação, que os salários dependem da taxa de desemprego, e que, conseqüentemente, o desemprego alto enfraquece o poder de negociação dos trabalhadores, forçando-os a aceitar salários mais baixos. (Blanchard, 2011).

4.4.1 Relação entre desemprego e inflação

Para Lopes e Rossetti (2005), o estudo das relações existentes entre as taxas de inflação e o nível do emprego sempre foi um dos aspectos mais importantes da teoria macroeconômica. Isto porque os objetivos de se manter o pleno emprego e o controle das pressões inflacionárias só são alcançados em condições especiais e transitórias.

A primeira forma para relacionar desemprego e inflação foi descoberta por Solow e Samuelson, por volta de 1960. Em 1958, A. W. Phillips desenhou um diagrama que mostrava a taxa de variação salarial contra a taxa de desemprego no Reino Unido. Dois anos depois, Samuelson e Solow repetiram o exercício de Phillips para os EUA, mas utilizando a taxa de inflação no lugar da taxa de variação salarial. (BLANCHARD, 2011) Esta relação entre desemprego e inflação foi batizada, por Solow e Samuelson, como "Curva de Phillips".

De acordo com CARVALHO ET ALL (2001, p.230):

Os dois economistas americanos concluíram que a inclinação negativa da curva de Phillips indicava que um aumento do nível de desemprego poderia

moderar ou eliminar o aumento de preços. A teoria da curva de Phillips não vislumbrava nenhum cenário de reduzido desemprego com reduzida inflação. Existia, portanto, um dilema de escolha para a sociedade entre um nível de desemprego e um nível de inflação.

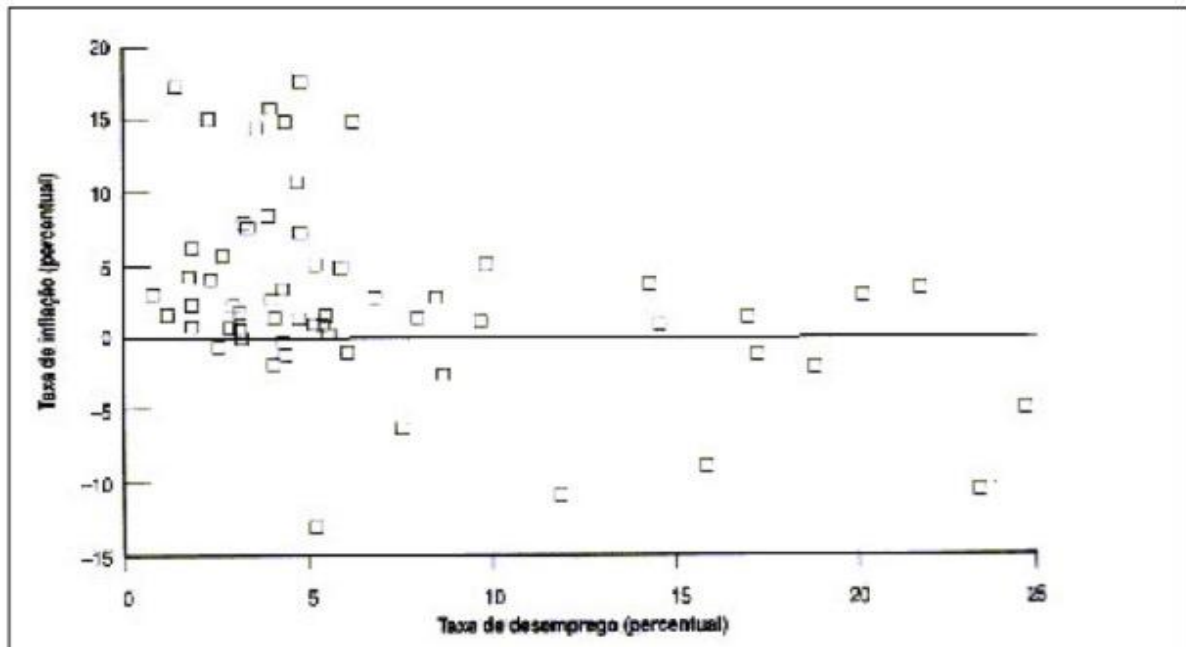
4.5 A CURVA DE PHILLIPS

4.5.1 A Curva de Phillips Original

Teoria desenvolvida pelo neozelandês Alban William Phillips, seu trabalho original baseado em dados de 1861 a 1957, observou as relações entre a alteração nominal dos salários e o nível de desemprego no Reino Unido. Diante disso Phillips descobriu que havia a relação entre inflação e taxa de desemprego são inversamente proporcionais, ou seja, quando cresce a inflação a taxa de desemprego é reduzida.

Abaixo um dos gráficos de trabalho de A. W. Phillips, apresentando a relação inversa:

Figura 1 – Inflação e desemprego nos Estados Unidos, 1900 – 1960.



Fonte: Blanchard (2001, p. 164).

Blanchard (2001, p. 163), mostra que Paul Samuelson e Roberto Solow usaram o método de Phillips para os Estados Unidos entre os anos de 1900 a 1960. Depois das análises concluíram que também havia relação negativa instável entre

desemprego e inflação para o país. Conseqüentemente a Curva de Phillips foi batizada assim por Paul Samuelson e Roberto Solow. A partir de então a Curva de Phillips passou a fazer parte das decisões macroeconômicas do país, podendo os governos escolher entre inflação ou desemprego.

No ano de 1960 a Curva de Phillips foi extinta por Milton Friedman e Edmund Phelps. Para eles a Curva de Phillips só funcionava a curto prazo, ou seja, a longo prazo a economia será movida de acordo com a taxa natural de desemprego independente de quais sejam as taxas de desemprego e inflação. As empresas e trabalhadores se acostuariam e passariam a esperar por taxas de inflação constantes. (DORNBUSCH, 1991, p. 556).

4.5.2 A Curva de Phillips Aceleracionista

Em 1970 o preço do petróleo nos Estados Unidos triplicou, pois com a formação de cartéis reduziu-se a oferta de petróleo no mercado aumentando seu preço. O ocorrido contribuiu para que a Curva de Phillips se desfizesse (BLANCHARD, 2001).

Com o aumento no preço do petróleo e a formação de cartéis as empresas se viram obrigadas a aumentar seus preços dado os salários, fazendo com que aumentasse a inflação sem alterar o nível de emprego (BLANCHARD, 2001, p. 166).

Diante disso as empresas e trabalhadores mudaram suas expectativas em relação à inflação. Na década de 1970 a relação entre desemprego e inflação já não existia, fazendo com que as expectativas fossem nulas ou iguais às do período passado (BLANCHARD, 2001, p. 169).

Com o passar do tempo, as pessoas percebem que a inflação está acima da expectativa esperada, logo passam a ter expectativas racionais, ou seja, elas buscam todas as informações possíveis e economicamente viáveis sobre o futuro da variável. Porém era possível ainda cometerem erros (DORNBUSCH, 1991, p. 603).

Para Blanchard (2001, p. 170) a variação da inflação depende da diferença entre as taxas de desemprego corrente e natural. Quando a taxa de desemprego corrente for maior que a natural, haverá uma redução da inflação. Logo, quando a taxa de desemprego corrente é menor que a natural, haverá um aumento

de inflação.

A indexação dos salários amplia o efeito do emprego sobre a inflação. Quanto maiores salários indexados, maior o efeito da taxa de desemprego sobre a inflação (BLANCHARD, 2001, p. 172).

Ainda para Blanchard (2001, p. 173) em países com altas taxas de inflação, pequenas alterações nas taxas de desemprego podem ocorrer grandes variações nas inflações, contrariamente, grandes variações na inflação podem afetar pequenas alterações na taxa de desemprego. Diante disso a relação entre taxa de desemprego e inflação torna-se cada vez menos perceptível.

5 METODOLOGIA

Para elaborar um trabalho acadêmico deve-se correlacionar diretamente a metodologia científica da pesquisa, de forma completa e dinâmica. Com a intenção de que através de sua abordagem alcance os objetivos propostos no trabalho, diante da veracidade das variáveis a serem exploradas durante a pesquisa científica. Neste sentido, entende-se a necessidade de seguir corretamente os caminhos do regime metodológico, com intuito de obter-se credibilidade e sucesso no estudo em questão.

A pesquisa deste trabalho foi estabelecida em dois alicerces básicos. O primeiro, de caráter bibliográfico, foi fundamental para explicar mediante as proposições da literatura econômica a sustentação teórica que rege este trabalho: o funcionamento do sistema financeiro nacional, no que diz respeito à concessão de crédito às famílias e os conceitos das variáveis macroeconômicas, propiciando seu entendimento e suas influências.

Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica, ou de fonte secundárias, envolve toda bibliografia que já se tornou pública em relação ao tema de estudo, incluindo quaisquer tipos de fontes, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses etc., até os meios audiovisuais.

O segundo alicerce contempla-se no caráter documental. De acordo com Lakatos e Marconi (2003) a característica da pesquisa documental é a restrição pelo uso apenas de documentos que estejam escritos ou não, estabelecendo o que se denomina de fontes primárias. Sendo estas realizadas no período que ocorra o fato ou fenômeno, ou simplesmente depois. Neste contexto, encaixa-se principalmente a utilização de informações de bancos de dados nacionais como o BACEN, IBGE e IPEADATA, possibilitando a realização de interpretações e análises quantitativas, de forma auxiliar na construção do trabalho.

De acordo com Oliveira (2000), a abordagem quantitativa denota quantificar os dados e opiniões na forma de coleta de informações, aplicando também recursos e técnicas estatísticas. Todavia, a abordagem qualitativa visa descrever as qualidades de fenômenos ou objetos de estudo.

5.1 DADOS E VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para a análise quantitativa dos dados foram coletados os índices de inadimplência total no crédito para pessoas físicas, e também separadamente os índices de inadimplência em crédito direcionado e crédito livre para pessoas físicas. Coletou-se também o valor total concedido de crédito à pessoa física, o valor dos créditos direcionados e créditos livres, como fonte de todas essas variáveis utilizou-se o BACEN, onde também foram encontradas as informações sobre taxa de juros e inflação.

Para complementar a análise, coletou-se os valores referentes ao consumo das famílias advindos das contas nacionais trimestrais divulgadas pelo IBGE e as variáveis volume de empregos formais e massa salarial no banco de dados do MTE.

5.1.1 Inadimplência

A taxa de inadimplência corresponde ao percentual de operações com atraso superior a 90 dias em relação ao respectivo saldo total. Nas operações com atraso, é realizado o arrasto das parcelas a vencer, isto é, na ocorrência de atraso de uma parcela, todo o saldo devedor da operação é considerado em atraso, mesmo que existam parcelas ainda não vencidas. Nas modalidades cheque especial e conta garantida, são considerados em atraso apenas os valores excedentes ao limite de crédito definido nos respectivos contratos. Os dias de atraso são contados a partir da data em que foi excedido o limite ou na data do eventual cancelamento do contrato, o que primeiro ocorrer. Na modalidade cartão de crédito rotativo, o atraso se verifica quando o pagamento da fatura, na data do vencimento, não ocorre ou é efetuado em valor inferior ao mínimo requerido.

5.1.2 Concessões de crédito

As concessões ou desembolsos correspondem a novos valores efetivamente creditados aos tomadores de crédito ao longo dos meses de referência. Nas modalidades conta garantida, cheque especial e cartão de crédito rotativo, o

valor das concessões corresponde ao total dos recursos efetivamente utilizados e não aos limites de crédito pactuados.

5.1.2.1 Modalidades de crédito

As modalidades de crédito analisadas no presente trabalho dizem respeito às concessões a pessoas físicas, divididas nas modalidades de recursos livre e direcionados.

5.1.2.1.1 Recursos livres – pessoas físicas

As concessões de crédito na modalidade recursos livres são as que seguem: cheque especial, crédito pessoal não consignado, crédito pessoal consignado, aquisição de veículos, aquisições de outros bens exceto veículos e imóveis, cartão de crédito, desconto de cheques pessoa física, Leasing de veículos, Leasing de outros bens, exceto imóveis, e outros créditos livres.

5.1.2.1.2 Recursos direcionados

As concessões de crédito com recursos direcionados são as seguintes: Financiamentos imobiliários – pessoas jurídicas e pessoas físicas, no presente trabalho será analisada apenas a parte de pessoa física; Financiamento de investimentos com recursos do BNDES; crédito rural; Financiamento agroindustrial com recursos do BNDES e microcrédito.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Na análise de dados do presente trabalho, as informações foram coletadas mensalmente, dentro do lapso temporal disponível, principalmente no que diz respeito a informações sobre as concessões de crédito e inadimplência disponibilizadas no Banco Central. No entanto, para melhor compreensão da análise dos dados, os valores mensais foram transformados em médias trimestrais, com intuito de reduzir os erros das sazonalidades no período analisado.

6.1 COMPARATIVO CONCESSÕES X INADIMPLÊNCIA

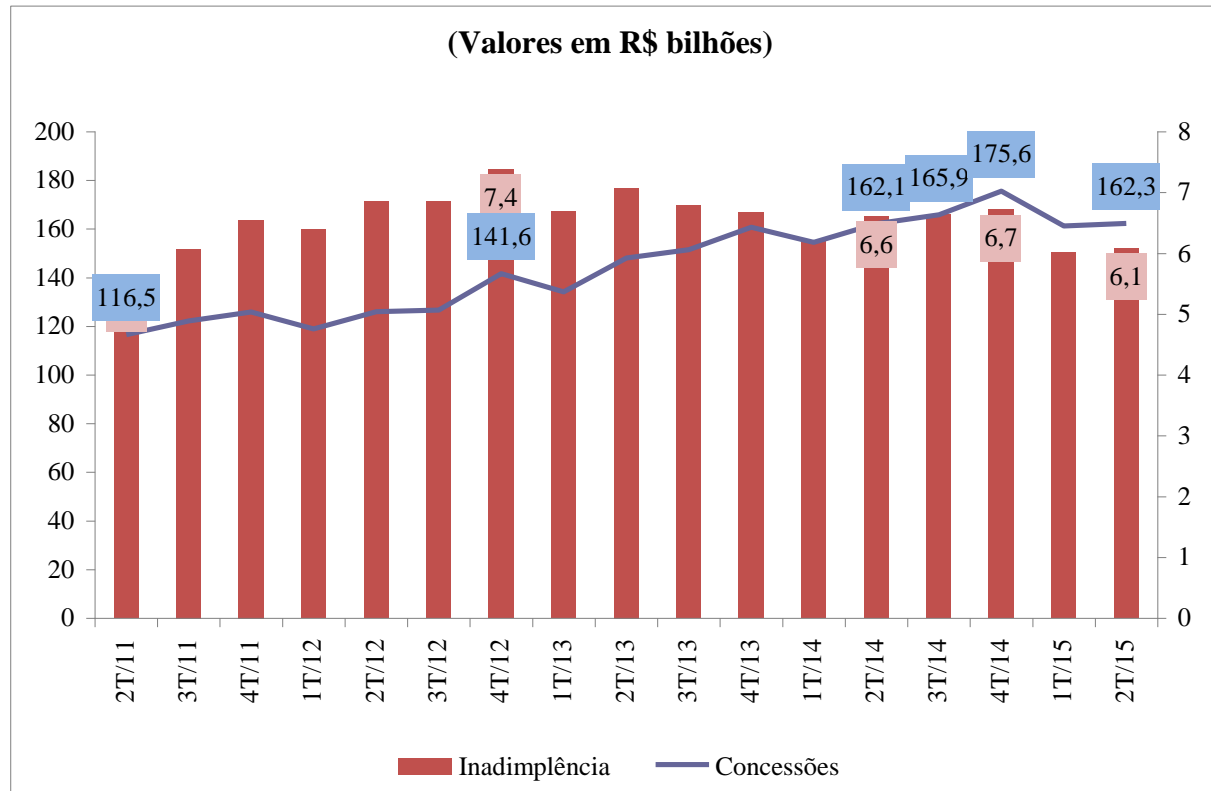
Neste comparativo, analisa-se o valor total das concessões de crédito para as pessoas físicas entre o segundo trimestre de 2011 e o segundo trimestre de 2015. E, também, o total em valores reais da inadimplência, neste período. O valor total da inadimplência foi obtido mediante a relação entre o percentual de inadimplência divulgada e o total de concessões de crédito às pessoas físicas.

Percebe-se na análise temporal que o nível de concessões de crédito registrou crescimento significativo. Ressalta-se que, a partir de 2015, o montante de valor dispendido a concessões de crédito a pessoas físicas reduziu, chegando a patamares similares do ano anterior. Um primeiro sinal da crise econômica instaurada no país recentemente. Foi liberado, no segundo trimestre de 2014, uma média de (R\$ 162,1 bilhões) contra (R\$ 162,3 bilhões), no mesmo período de 2015.

Neste sentido, destaca-se que, em valores reais, o montante da inadimplência está representando uma parcela menor do total de crédito concedido às pessoas físicas, média trimestral de (R\$ 6,1 bilhões) no segundo trimestre de 2015, contra (R\$ 6,6 bilhões) no mesmo período do ano anterior. Ou seja, não significa que a inadimplência diminuiu, mas pode sinalizar que as pessoas físicas estão deixando de criar novas dívidas no curto prazo. Do contrário, percebe-se que em 2012, no auge do dispêndio de crédito às pessoas físicas no Brasil, no quarto trimestre, as concessões sinalizavam na média trimestral (R\$ 141,6 bilhões) contra uma inadimplência de (R\$ 7,4 bilhões). Demonstrando que o volume de inadimplência era representativo neste período, conforme se verifica na figura 2.

Ressalta-se também a sazonalidade das concessões de crédito, e diante disso a ineficiente educação financeira brasileira. Nos últimos meses do ano, principalmente em dezembro, o volume de concessões de crédito eleva-se, período no qual a renda do trabalhador é maior, diante os valores recebidos de décimo terceiro salário e férias.

Figura 2 – Volume de concessões e inadimplência (2011-2015)



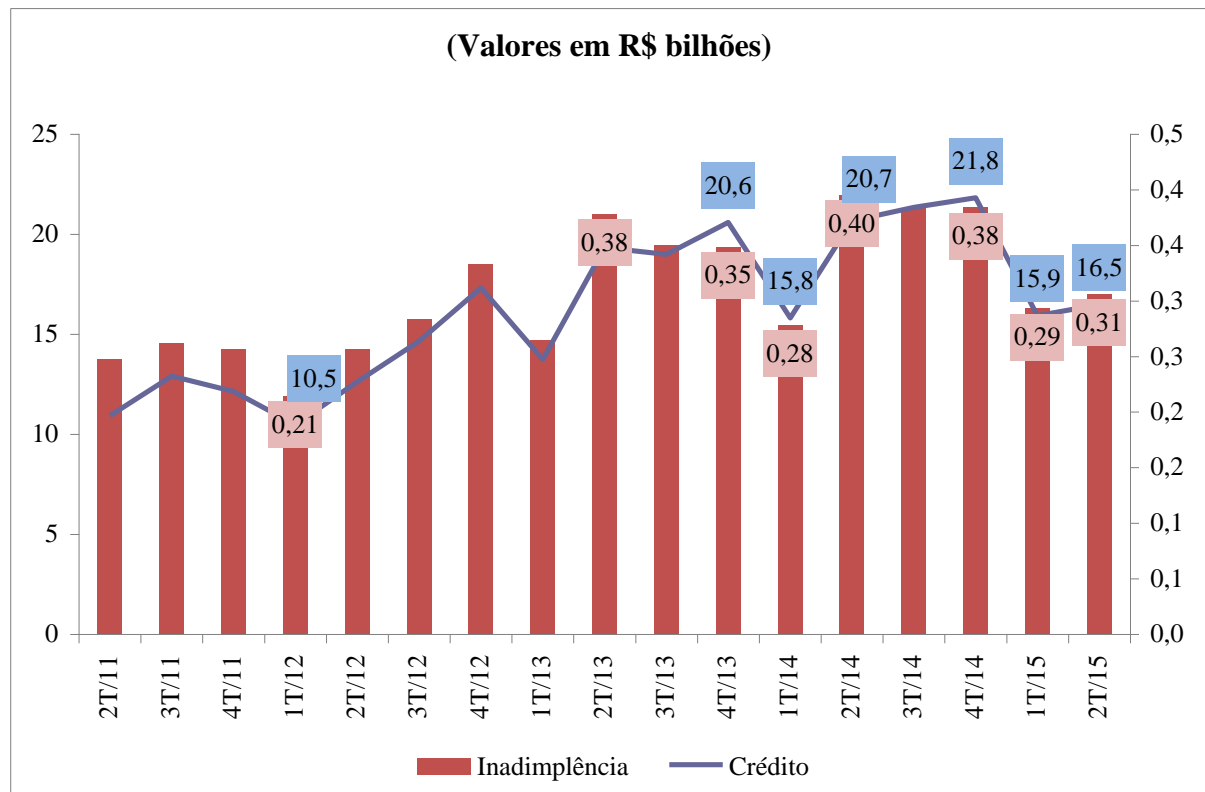
Fonte: BACEN (2015)

6.1.1 Comparativo Concessões x Inadimplência – Crédito Direcionado

A liberação de crédito direcionado representa uma pequena parte da concessão de crédito às famílias brasileiras. Por tratar-se de um recurso direcionado, o mesmo não respeita uma sazonalidade na série histórica. No entanto, percebe-se que os maiores valores concedidos no lapso temporal analisado foram no ano de 2014, atingindo no quarto trimestre do ano, a média de (R\$ 21,8 bilhões). Nota-se que a inadimplência vem registrando valores crescentes nos últimos três anos, principalmente no segundo trimestre de 2013 e 2014, e também no quarto trimestre de 2014, variando entre uma média trimestral de (R\$ 0,38 a 0,40 bilhões), sendo as maiores verificadas no período. O volume de crédito direcionado reduziu

drasticamente entre 2014 e início de 2015, reflexo das novas políticas adotadas pelo governo brasileiro, principalmente no que diz respeito à liberação de crédito para aquisição de imóveis. Com isto, a inadimplência reduziu no segundo trimestre de 2015, com uma média trimestral de (R\$ 0,31 bilhões) contra (R\$ 0,40 bilhões) do mesmo período. Conforme se verifica na figura 3.

Figura 3 – Volume de concessões e inadimplência – Crédito Direcionado (2011-2015)



Fonte: BACEN (2015)

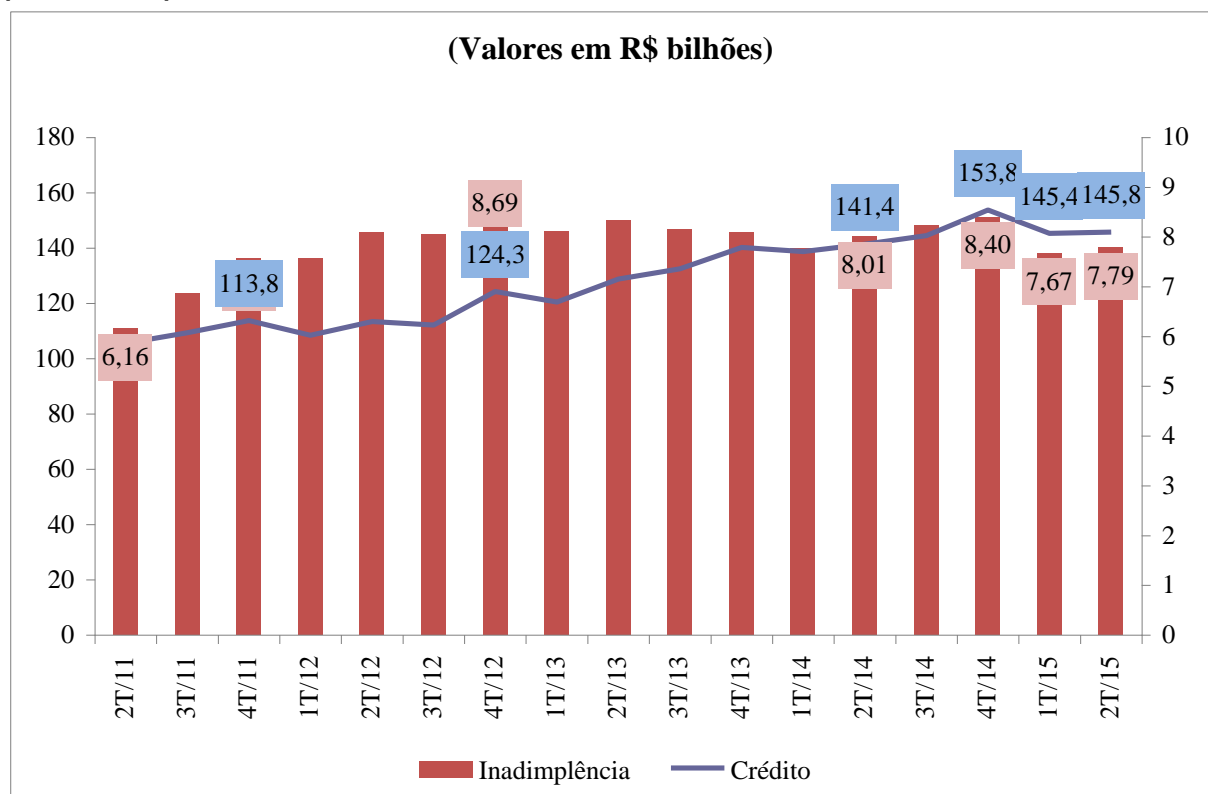
6.1.2 Comparativo Concessões x Inadimplência – Crédito Livre

Em relação ao crédito livre, o montante liberado às famílias brasileiras é superior ao concedido de crédito direcionado. Percebe-se que, na série histórica, o nível de inadimplência apresenta uma regularidade, principalmente após o quarto trimestre de 2011, registrando em média por trimestre de (R\$ 7 a 8 bilhões). Do contrário, o nível de crédito concedido cresceu consideravelmente, no quarto trimestre de 2011, apresentando uma média de (R\$ 113,8 bilhões) contra (R\$ 145,8 bilhões) do segundo trimestre de 2015. Semelhante ao verificado na concessão de crédito total, nos últimos dois trimestres de cada ano, na série histórica, os valores

concedidos de crédito livre elevam-se, corroborando com a afirmação de que as famílias brasileiras não possuem educação financeira.

O nível de inadimplência apresentou redução no comparativo entre o segundo trimestre de 2014 e 2015, de uma média trimestral de (R\$ 8,40 bilhões) para (R\$ 7,79 bilhões) respectivamente. No entanto, percebe-se que a preferência das famílias brasileiras é pelo pagamento das dívidas de créditos direcionados, que geralmente apresentam garantias. Haja vista que a redução da inadimplência e da concessão de crédito direcionado foi superior ao verificado no crédito livre. No entanto, vale ressaltar que o montante demasiadamente superior de crédito livre liberado às famílias brasileiras, retroalimenta a inadimplência. Conforme se verifica na figura 4.

Figura 4 – Volume de concessões e inadimplência – Crédito Livre (2011-2015)



Fonte: BACEN (2015)

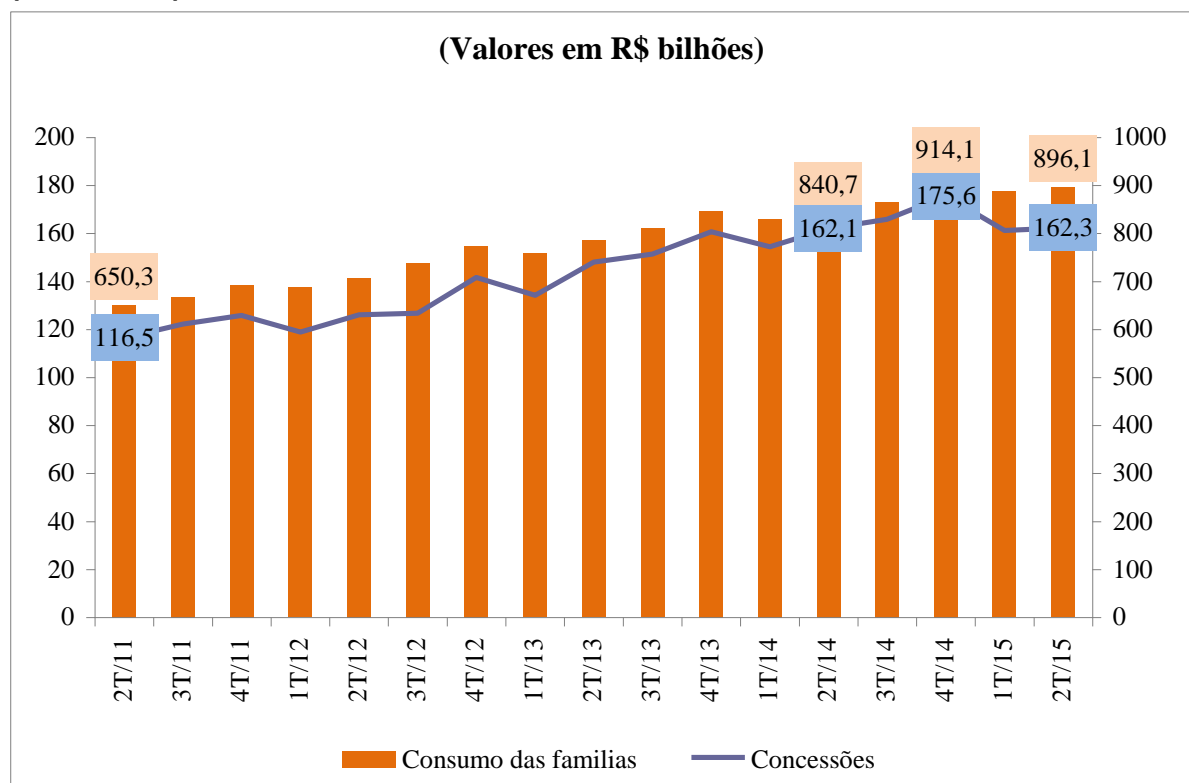
6.2 COMPARATIVO CONCESSÕES X CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Neste comparativo, analisa-se o valor total das concessões de crédito para as pessoas físicas entre o segundo trimestre de 2011 e o segundo trimestre de

2015, em relação aos valores reais do consumo das famílias na economia brasileira no mesmo período. Ressalta-se que os valores do consumo das famílias têm a divulgação trimestral.

Percebe-se neste comparativo, algo semelhante ao descrito anteriormente. Em períodos sazonais, onde o consumo das famílias cresce principalmente em cada 4º trimestre de cada ano, e conjuntamente as concessões de crédito elevam-se. No entanto, atualmente com a redução do crescimento do consumo das famílias, a busca por crédito também diminuiu. A dificuldade da obtenção de crédito aliada à inflação e taxa de juros crescentes pode ser uma das explicações para a redução do dispêndio de crédito para as famílias brasileiras. Conforme se observa na figura 5.

Figura 5 – Volume de concessões de crédito e consumo das famílias (2011-2015)



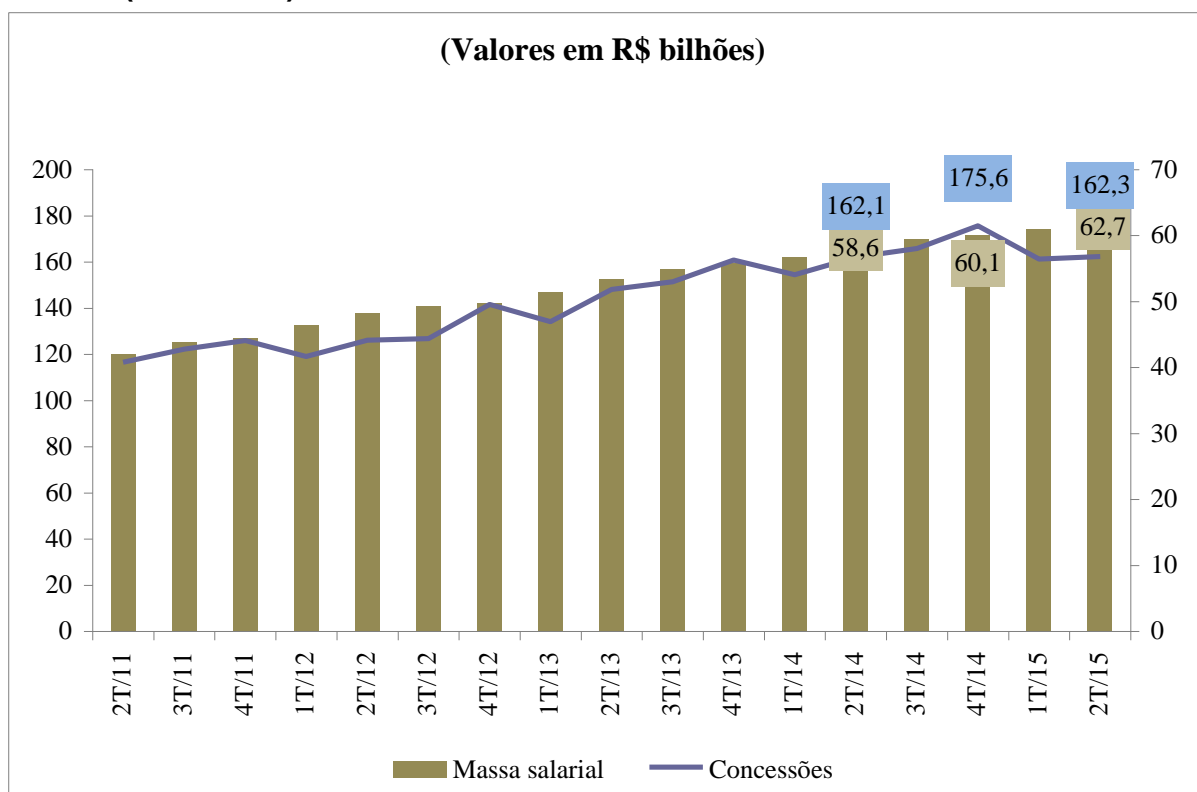
Fonte: BACEN (2015) e IBGE (2015)

6.3 COMPARATIVO CONCESSÕES X MASSA SALARIAL

Nesta etapa, analisa-se o valor total das concessões de crédito às pessoas físicas entre o segundo trimestre de 2011 e o segundo trimestre de 2015,

em relação aos valores reais da massa salarial dos empregados formais da economia brasileira no mesmo período. O valor da massa salarial advém da multiplicação do estoque de empregos pela média salarial de cada período. Percebe-se que o crescimento de ambos é semelhante na série histórica analisada. No entanto, em alguns períodos notou-se que a concessão de crédito cresceu a taxas inferiores em comparação a massa salarial. Ressalta-se que a massa salarial eleva-se na série histórica a cada trimestre, justificado pelo fato de que no início do ano ocorre a maioria dos dissídios coletivos, e no final do ano, a renda do trabalhador eleva-se pelo recebimento de 13º salário e férias. Em comparação, no segundo trimestre de 2014, a média da massa salarial era de (R\$ 58,6 bilhões) contra (R\$ 62,7 bilhões) do mesmo período de 2015. Conforme se verifica na figura 6.

Figura 6 – Volume de concessões de crédito e massa salarial dos empregados formais (2011-2015)



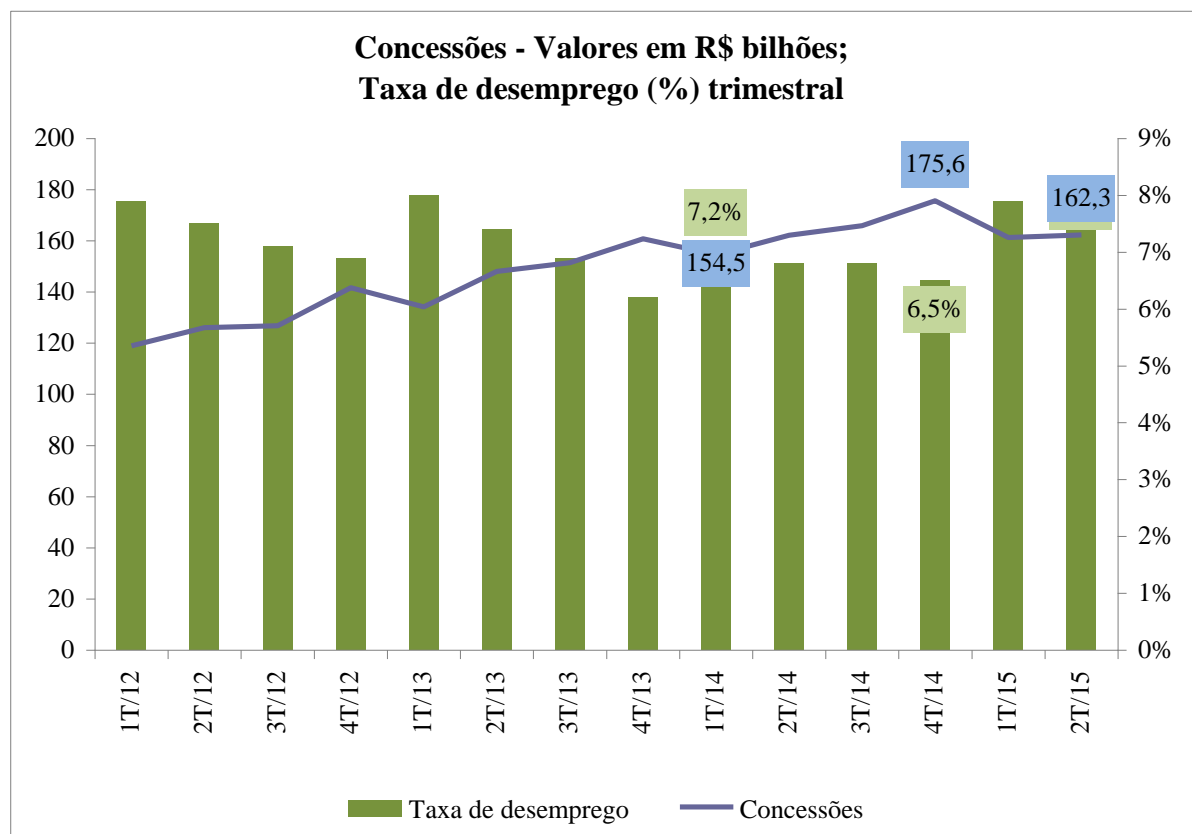
Fonte: BACEN (2015) e MTE – RAIS e CAGED (2015)

6.4 COMPARATIVO CONCESSÕES X TAXA DE DESEMPREGO

Nesta etapa, analisa-se o valor total das concessões de crédito às pessoas físicas entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2015, em relação à taxa de desemprego trimestral para o Brasil, medida pela IBGE através da pesquisa nacional de domicílios contínua – PNAD Contínua.

Percebe-se que em períodos onde a taxa de desemprego é menor, ou seja, quando um número maior da população tinha emprego, a concessão de crédito crescia. Do contrário, quando o número de desempregados aumenta, a concessão de crédito reduzia. Com menos mão de obra empregada no mercado, menor será a renda da população, conforme verificado anteriormente. Neste sentido, os agentes financeiros tendem a dispender menos crédito.

Figura 7 – Volume de concessões de crédito e taxa de desemprego trimestral (2011-2015)



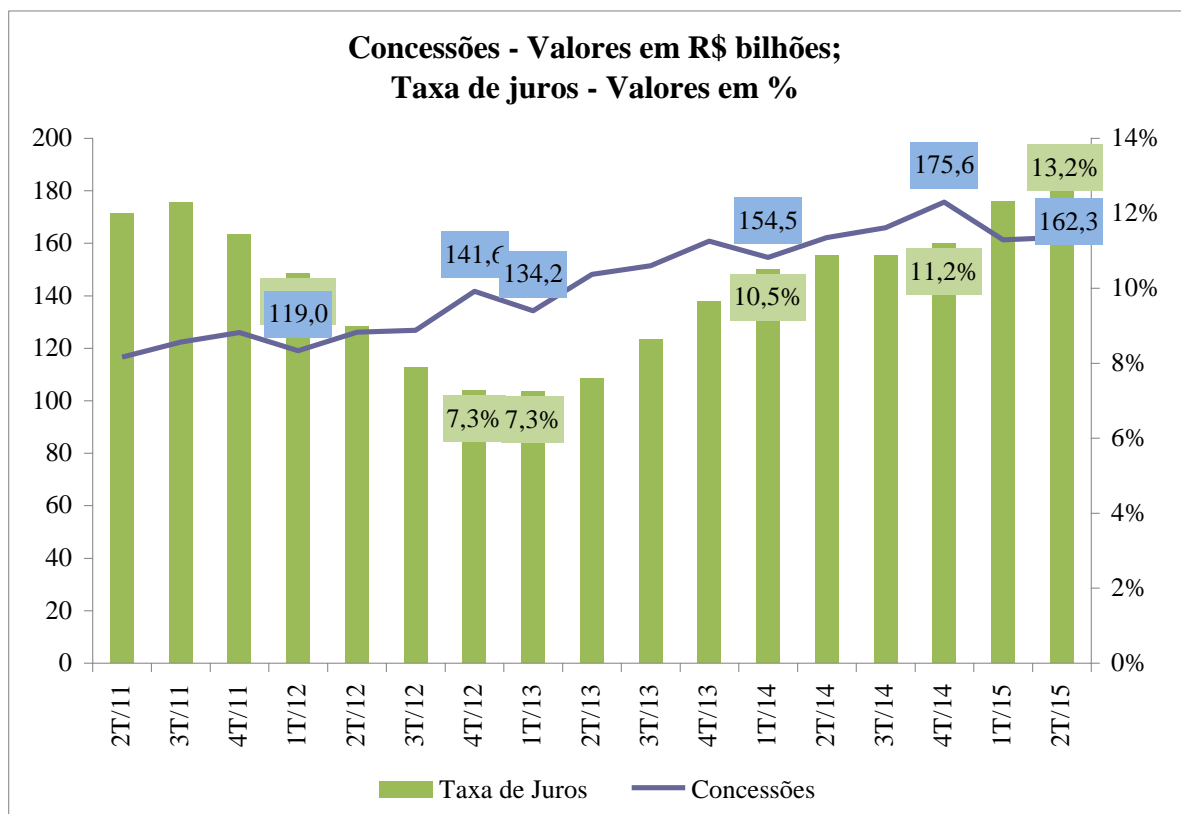
Fonte: BACEN (2015) e MTE – RAIS e CAGED (2015)

6.5 COMPARATIVO CONCESSÕES X TAXA DE JUROS

Nesta etapa, analisa-se o valor total das concessões de crédito para as pessoas físicas entre o segundo trimestre de 2011 e o segundo trimestre de 2015, em relação aos valores anuais (%) da meta da taxa da SELIC. Percebe-se que a

taxa de juros interfere na concessão de crédito, de forma negativa, ou seja, elevando-se a taxa de juros, os agentes de crédito diminuem as concessões às famílias brasileiras. Do contrário, quando a taxa de juros é menor, conforme se verificou no 1º trimestre de 2013, com uma média de (7,3%), a concessão de crédito foi de (R\$ 134,2 bilhões). Nos períodos onde a taxa de juros foi menor, a expansão de crédito foi maior. Do contrário, nos períodos onde a taxa de juros oscila acima da casa dos 10%, a concessão de crédito cresce a taxas menores. Conforme se verifica na figura 8.

Figura 8 – Volume de concessões de crédito e Taxa de Juros SELIC (2011-2015)



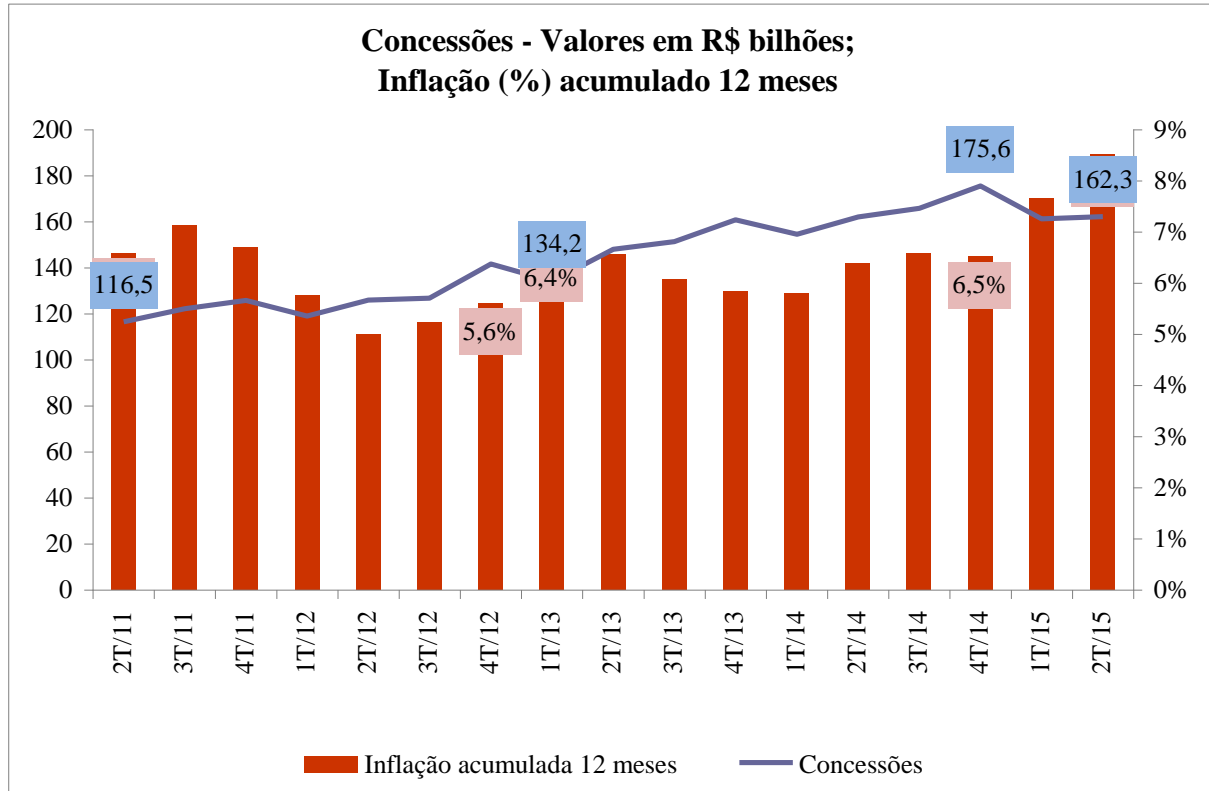
Fonte: BACEN (2015)

6.6 COMPARATIVO CONCESSÕES X INFLAÇÃO

Neste comparativo, analisa-se o valor total das concessões de crédito para as pessoas físicas entre o segundo trimestre de 2011 e o segundo trimestre de 2015, em relação aos valores da inflação no acumulado dos últimos 12 meses. Do mesmo modo que no comparativo anterior, a inflação ocasiona impactos diretos e indiretos na concessão de crédito às famílias brasileiras. Os efeitos são indiretos

quando afetam a renda do trabalhador, que reduz seu consumo para poder quitar suas obrigações passadas. Neste sentido, os efeitos diretos surgem quando os agentes financeiros, protegidos pelas altas taxas de juros, correm menos riscos de conceder crédito à população com poder de compra reduzido.

Figura 9 – Volume de concessões de crédito e Inflação acumulada 12 meses (2011-2015)



Fonte: BACEN (2015)

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa trouxe, de forma sucinta, interpretações sobre os indicadores econômicos brasileiros e a concessão de crédito a pessoas físicas. Seu objetivo principal foi analisar os impactos da economia brasileira na concessão de crédito a pessoas físicas.

A concessão de crédito está diretamente relacionada ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, onde os agentes financeiros liberaram crédito a pessoas físicas pelas modalidades de recursos direcionados e livres. Através das análises dos indicadores econômicos foi possível identificar as relações diretas e indiretas com a concessão de crédito a pessoas físicas no Brasil.

Através da análise das modalidades de liberação de crédito, identificou-se que os recursos livres são demasiadamente superiores aos recursos direcionados. A população brasileira busca em maior número os recursos livres, pelo fato de ser um crédito de fácil acesso. Neste sentido, a inadimplência em valores reais também é maior. Diante disso, verificou-se que a realidade brasileira difere da literatura econômica apresentada no capítulo 3, onde, na origem do crédito, o seu destino era possibilitar investimentos produtivos, e não apenas abrigar anseios individuais. Principalmente no que diz respeito ao estímulo da demanda econômica, por meio do crédito financeiro.

Atualmente, diante à recessão econômica, a concessão de crédito diminuiu. E, conseqüentemente a inadimplência. Porém, identificou-se que as famílias brasileiras tendem a honrar os seus compromissos financeiros junto a empréstimos de recursos direcionados. Conforme citado anteriormente, estes empréstimos conciliam-se, geralmente, a garantias dos bens adquiridos. Em relação aos recursos livres, também foram identificadas reduções na concessão de crédito e na inadimplência. Porém, na análise da série histórica, percebeu-se que a concessão de crédito por meio de recursos livres é menos suscetível as oscilações da economia, do que a liberação de recursos direcionados.

Conclui-se, através das análises, que o volume de crédito é afetado muito mais pelo lado da oferta, através da decisão dos agentes financeiros, do que pela demanda, através da decisão das pessoas físicas de adquirir crédito. Pois o maior volume de crédito a pessoas físicas é adquirido por pessoas que não levam em consideração a taxa de juros ou condições do crédito.

O consumo das famílias apresentou uma redução de crescimento, o que preocupa a economia brasileira, haja vista a sua importância para o equilíbrio econômico. No comparativo dos últimos dois anos, as taxas de crescimento foram menores, sinalizando uma desaceleração do consumo das famílias.

Num horizonte de curto prazo, observando as projeções econômicas do boletim *Focus* do Banco Central, a expectativa dos preços tende a diminuir em 2016. A projeção é de que em 2015, o ano termine com inflação próxima dos 10%, e em 2016 seja próxima de 6%. Ou seja, a tendência segundo as informações do mercado é de que em 2016, a inflação diminua. No entanto, a taxa Selic que terminará o ano de 2015, em patamares de 14,25%, segundo a projeção do boletim *Focus* sofrerá uma pequena redução ao fim de 2016, chegando ao fim do ano em 12,50%.

Através da análise dos indicadores, pode-se concluir que os agentes financeiros levam em consideração os indicadores econômicos para realizarem a liberação de crédito à população. Conforme verificado anteriormente, em períodos recessivos, a economia produz menos, conseqüentemente a população desocupada eleva-se, reduzindo o número de trabalhadores empregados. Com a redução da mão de obra empregada, a renda da população diminui. O que corrobora com o que foi descrito no item 4.2, onde a expectativa do indivíduo para o futuro é afetada pela situação econômica presente. Aliando esses resultados a uma taxa de juros e inflação elevada, que reduz o poder de compra da população, propicia-se aos agentes financeiros uma retração na liberação de crédito à população.

Dado as limitações do trabalho, principalmente pela complexidade das variáveis macroeconômicas analisadas, sugere-se que sejam realizadas mais análises sobre a concessão de crédito a pessoas físicas. Principalmente pela importância que o crédito financeiro tem na conjuntura econômica brasileira. Fruto disto nascerá novas interpretações sobre o comportamento da população brasileira em relação ao crédito financeiro, sendo possível identificar os bens adquiridos por meio dos empréstimos direcionados, e os meios utilizados pelo dispêndio do crédito livre adquirido pela população.

Em suma, o desenvolvimento do trabalho forneceu de forma simples, análises sobre os indicadores econômicos brasileiros e a concessão de crédito a pessoas físicas. Estas informações auxiliarão pesquisadores, agentes financeiros e demais interessados no sistema financeiro nacional e na concessão de crédito a pessoas físicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro : aspectos históricos e conceituais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 367p
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 302 p.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 600 p.
- BRASIL. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/>> Acesso em: outubro 2015
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: outubro 2015
- BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: outubro 2015
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de (...[et al.]). **Economia monetária e financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001. 454 p.
- DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1991. 930 p.
- FERNANDES, Antônio Alberto Grossi. **O Sistema financeiro Nacional Comentado: instituições supervisoras e operadoras do SFN & políticas econômicas, operações financeiras e administração de risco**. São Paulo: Saraiva, 2006. 406 p.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de,; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**.7.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 659 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 312 p.
- LEITE, José Alfredo A. **Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. 2.ed São Paulo: Atlas, 2000.
- LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2005. 496 p.
- LUNDBERG, Eduardo Luis. **Bancos oficiais e crédito direcionado – O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?** 2011. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf> Acesso em: outubro de 2015
- MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. 398 p.
- OLIVEIRA, Sérgio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo:

Pioneira, 2000. 320 p.

PANDOLFO, Aline. **Crédito direto ao consumidor**: fatores que impedem o crescimento. 2007. 52f. TCC (Pós-graduação em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais**: fundamentos e técnicas. 6.ed São Paulo: Atlas, 2007

SANTOS, Jose Evaristo dos. **Mercado financeiro brasileiro**: instituições e instrumentos. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, credito, juro e o ciclo econômico.2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985. 169 p.

VENTURA, Eloy Câmara. **A evolução do crédito**: da antigüidade aos dias atuais. Curitiba, PR: Juruá, 2000. 247 p.